

ATA N.º3/2016
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA
EM 20 JUNHO DE 2016

Aos vinte dias do mês de junho de dois mil e dezasseis, pelas catorze horas e quinze minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de São João da Pesqueira, por convocatória do seu Presidente, de catorze de junho do ano corrente, com a seguinte Ordem de trabalhos:

- PONTO 1 - Apreciação da Atividade Municipal.**
- PONTO 2 - Análise, discussão e votação da Proposta de Delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana de S. João da Pesqueira e da Ferradosa.**
- PONTO 3 - Análise, discussão e votação da Proposta de Desafetação de Área do Domínio Público Municipal, referente à Operação de Loteamento Industrial com Obras de Urbanização no local do Lameirão – Espinho – S. João da Pesqueira.**
- PONTO 4 - Análise, discussão e votação da Proposta de Alteração ao Regulamento do Plano Diretor Municipal de S. João da Pesqueira – 2.º Alteração.**
- PONTO 5 - Eleição de Representante da Assembleia Municipal na CPCJ de acordo com a alínea I, do art.º 17º da Lei n.º 147/99 de 1 de setembro, alterada pela Lei n.º 142/2015 de 8 de setembro.**

O Senhor Presidente da Assembleia iniciou a reunião chamando para constituir Mesa o Senhor Fernando Pereira.

O Senhor Teófilo dos Anjos procedeu à chamada dos elementos que constituem a Assembleia registando-se as ausências dos Senhores José Balça, José António e da Senhora Lurdes Veiga que justificaram a falta.

O Senhor Presidente da Assembleia ao verificar a existência de quórum continuou a reunião, cumprimentando o Executivo, a Mesa, todos os Membros da Assembleia e o público presente de uma Escola.

De seguida pediu autorização para a inclusão de dois pontos: o primeiro ponto a ser incluído seria o ponto 4 – Análise, discussão e votação da Proposta de Alteração ao Regulamento do Plano Diretor Municipal de S. João da Pesqueira e o segundo ponto seria a eleição de uma Técnica para a CPCJ dada a demissão da Dr.ª Eunice Costa.

O Senhor Silva Fernandes pediu a palavra referindo que tinha sido aprovado numa reunião de Assembleia, quando algum documento fosse para discussão pública era remetido aos Membros e isso não acontecera. Não lhe pareceu correto o ponto ser incluído.

O Senhor Presidente da Assembleia disse não ser uma alteração ao Regulamento do PDM uma vez tratar-se de discutir somente dois pontos.

O Senhor Silva Fernandes reforçou a sua intervenção dizendo que foi aprovado a emissão da documentação aos Membros quando esta estivesse em discussão pública, não fora falado em pontos e, como tal, mantinha a sua decisão.

O Senhor Joaquim Monteiro interveio dizendo que o Senhor Silva Fernandes tinha razão, mas ao ser um documento tão importante como o PDM, devendo este ter sido aprovado há 10 anos atrás, que seja discutido mesmo com essa falha.

O Senhor Presidente da Assembleia continuou dizendo o que estava a ser discutido seriam duas situações distintas. Uma era a discussão final do PDM e a outra era a discussão de dois artigos. Contudo, a Mesa aceitava e compreendia as explicações dadas relativas a esse lapso.

Terminadas as intervenções o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a inclusão dos pontos. A inclusão do ponto quatro foi aceite por maioria com a abstenção do Senhor Silva Fernandes. A do ponto cinco foi aceite por unanimidade.

O Senhor Silva Fernandes na sua declaração de voto disse ter-se absterido por não ter sido cumprida uma decisão da Assembleia, "é a pressão de tudo ter que ser feito à última da hora".

O Senhor Presidente da Assembleia afirmou que com a inclusão desses dois pontos a Ordem de Trabalhos seria constituída por cinco pontos. Passou de seguida à discussão da ata da reunião anterior. O Senhor Presidente da Assembleia aceitou as alterações à ata solicitadas pelos Membros colocando a ata a votação, esta foi aprovada por maioria com as abstenções dos Senhores Norberto Vieira e Fernando Pereira. No seguimento da reunião o Senhor Presidente da Assembleia questionou os representantes da Assembleia nos grupos de trabalho se queriam intervir. Não havendo ninguém, disse ter recebido a informação do representante no ACES, Enfermeiro Francisco Simão da reunião que teve lugar dia 3 de junho, apresentada pelo Diretor Executivo Dr. Rui Dionísio. Nessa reunião foi apresentado o Relatório de Atividades de 2015 e o Plano de Atividades para este ano, foi referida a importância dos utentes atualizarem os dados pessoais no secretariado do Centro de Saúde, em especial telemóvel e *email* por causa das receitas eletrónicas. Quem não tivesse podia dar o de um amigo ou familiar podendo as Juntas de Freguesia criar um *email* destinado às receitas. Referiu a vantagem dos utentes se registarem no portal da saúde www.sns.gov.pt, pois, para além da marcação da consulta, podiam pedir medicação crónica. O Enfermeiro Francisco Simão mostrou-se disponível para colaborar com os funcionários das Juntas de Freguesia para tirar dúvidas relativamente ao Portal da Saúde ajudando a fazer registos nas respetivas Juntas desde que seja solicitado para o efeito. Relativamente a outro grupo de trabalho em termos de PDM, o Presidente da Assembleia disse ter estado em discussão na CCDR. A Câmara esteve representada pelo Vereador, Dr. Vítor Sobral, por ele próprio e por um grupo técnico, o qual poderá dar respostas às interpelações. Dado o carácter técnico e a importância que o PDM tem para o nosso concelho convidou a Arquiteta Sandra Rego e a Engenheira Conceição Martins para esclarecerem esse ponto.

A Engenheira Conceição cumprimentou os presentes disse que a sua intervenção fora no processo da segunda alteração ao Regulamento. A segunda alteração ao Regulamento consistiu na alteração a dois artigos, não do PDM. Surgiu porque nos outros solos agrícolas não eram permitidos imóveis destinados a turismo, comércio nem a serviços. Nesse sentido o Executivo deliberou iniciar o processo de alteração ao Regulamento para estas tipologias serem incluídas no Regulamento. Os solos continuam a ser classificados como outros solos agrícolas, como espaços florestais, apenas se inseriu tipo de imóveis, as topologias que poderiam ser edificadas neste tipo de solos e verificaram-se várias pretensões de turismo em outros solos agrícolas. Os índices de ocupação do solo eram muito baixos, pelo que esta alteração ao Regulamento permite aumentar essas áreas de implementação, as áreas de edificação e o número de pisos. Possibilita a inclusão



nos outros solos agrícolas tipologias de gestão de resíduos, desta forma permitirá licenciar a estação de transferência que até ao momento não está licenciada. O PDM não o permitia, foi incluído ainda um novo artigo que é o 49 A que inclui as normas de defesa contra incêndios na floresta e é a transcrição do Regulamento para o PDM, de modo a fazer-se cumprir a legislação em vigor desde junho do ano passado, aprovado por esta Assembleia. O ICNF emitiu o parecer pedindo a inclusão deste novo artigo 49 A, com as normas que já tinham sido aprovadas por esta Assembleia em junho do ano passado. A alteração ao Regulamento consiste em melhorar aquilo que as pessoas pretendem executar. Nesse sentido foi iniciado o procedimento de alteração ao Regulamento.

A Senhora Vereadora Dr.^a Delfina Andrade pediu que a esclarecessem relativamente ao Plano Diretor Municipal. Questionou: se ao ter sido alargada a possibilidade de construção com o 49A, se seria diferente também noutras áreas. A Engenheira Conceição Martins respondeu que o 49A incluiu pela Assembleia, o Regulamento da Defesa contra Incêndios. Pelo ICNF já estava aprovada, não tinha sido transportado para o PDM. Nos espaços florestais estão zonas de grande risco, muito risco e baixo risco. O PDM estava desatualizado, daí se ter incluído o que tinham no plano da floresta. A lei geral não permitia a edificação de certos tipos de construção em espaços florestais considerados de grande risco. O Regulamento veio diminuir algumas áreas, alguns afastamentos limites de propriedade, ou seja, é mais benéfico para o Município incluir o que estava no Regulamento, do que estarmos a seguir a Lei Geral. Foi incluído o que foi aprovado o ano passado por esta Assembleia.

O Senhor Vítor Tomé cumprimentou os presentes questionando se todas as pretensões que lhe foram chegadas foram todas incluídas ou arranjam inclusões e exclusões. Pareceu-lhe haver pretensões de alguns habitantes do concelho em poder escolher zonas que até então não seria possível fazê-lo.

O Senhor Sebastião Mesquita cumprimentou a Mesa, o Executivo, Membros e público. Referiu que o PDM já tinha cerca de vinte anos e pareceu-lhe terem incluído por questão de obrigatoriedade o plano de defesa contra incêndios e legalizar a estação de transferência. Interrogou quantos projetos existem para aprovação havendo necessidade de se alterar o PDM, já que nos últimos vinte anos houve, empresários deste concelho a quererem investir cá, não o fizeram porque não podiam construir.

O Senhor Presidente da Assembleia pediu à Engenheira Conceição Martins que desse resposta à parte técnica.

A Engenheira Conceição Martins disse ninguém se ter manifestado no período de participação preventiva. As alterações que tinham sido efetuadas foram aquelas que acharam ser mais adequadas não fazendo parte da revisão do PDM, sendo apenas uma alteração. O Regulamento em fase de revisão do PDM será todo revisto numa primeira parte, já que havia conhecimento de alguns promotores a querer fazer turismo nesse tipo de habitações.

O Senhor Presidente da Câmara transmitiu que esta segunda alteração deu-se pelo Centro de Dia de Riodades, e como não iam fazer só por um caso, quando houve outros, decidiram concretizá-la.

O Senhor Presidente da Assembleia pediu à Arquiteta Sandra Rego que fizesse a sua intervenção.

A Arquiteta Sandra Rego cumprimentou os presentes dizendo que ia fazer o ponto de situação dos trabalhos de revisão do Plano Diretor Municipal. Começou por fazer um enquadramento muito breve dos trabalhos. A primeira parte do trabalho consistiu na caracterização e diagnóstico de todo o território, na reunião de todos os elementos que faziam parte deste processo de revisão tendo sido tudo



apresentado numa reunião de acompanhamento em setembro do ano passado. A opinião da comissão teria sido avançar para a fase seguinte uma vez que já estavam reunidas todas as condições que são obrigatórias na primeira fase do plano. Na segunda reunião de acompanhamento apresentou-se a reserva ecológica nacional, a reserva agrícola nacional e a proposta de perímetros urbanos, proposta esta que já tinha sido apresentada e discutida com todos os Presidentes de Junta. Disse que com a alteração da lei em julho de 2015 houve a necessidade de rever novamente todos os perímetros procurando sempre que a proposta fosse ao encontro das expectativas e pretensões da população, apesar da nova lei ser muito mais restritiva no que se refere ao solo urbano.

Relativamente à Reserva Agrícola Nacional (RAN) e Reserva Ecológica Nacional (REN) o procedimento passa pela alteração da RAN e REN em vigor, integrando os novos perímetros urbanos.

Quanto à proposta de perímetros urbanos ficou aprovada na CA por todas as entidades, havendo unicamente uma entidade que necessita de mais elementos, nomeadamente do plano de defesa da floresta contra incêndios para se conseguir avançar com as propostas de exclusões da REN e com a proposta de RAN bruta final.

A Senhora Arquiteta disse tratar-se de três processos paralelos: a revisão do Plano, a alteração à Reserva Ecológica Nacional e a alteração à Reserva Agrícola Nacional, processos que seguem em paralelo perspetivando que no final do processo tenhamos um plano ajustado à realidade.

Relativamente à REN, encontra-se neste momento na fase 3.1, fase esta já validada, indo passar para a fase 3.2 da REN que consiste na proposta de exclusão de áreas REN dentro da proposta dos perímetros urbanos.

Os trabalhos da RAN iniciaram-se com os trabalhos de campo após a autorização da CCDRN para dar início ao procedimento. O trabalho de campo começou em agosto e prolongou-se até ao Natal, percorrendo todo o território e identificando todas as parcelas agrícolas.

As orientações são no sentido de incluir todas as parcelas agrícolas na RAN, ou seja, todas as culturas permanentes como o caso da vinha que é a cultura mais presente e que dificilmente passará a ser outra coisa que não seja vinha no prazo de vigência do plano.

Referiu que, em relação aos perímetros urbanos tivera uma conversa com todos os Presidentes de Junta. Estando numa fase que tinha um conjunto de orientações levando para a contenção das áreas urbanas, uma vez que os documentos de ordem superior, a isso obrigava. Não havia ainda uma lei que obrigasse de forma muita direta em relação a essa matéria, entretanto essa lei já se encontrava "na calha" e era do conhecimento que ia acontecer. Nesse sentido a maior luta, foi tentar encontrar soluções que correspondessem a todas as necessidades e pretensões, salvaguardando as situações que o PDM atual não permite.

Apresentou o enquadramento dos diplomas legais que servem de ferramenta, juntamente com um conjunto de orientações de outros documentos e respetivas metodologias, que orientam no sentido de definir-se com rigor uma linha do perímetro urbano.

Certo é que com base nesta lei o maior desafio foi conseguir-se validar áreas que aparentemente não teriam enquadramento como urbanas, no entanto procurou argumentar-se e assumir compromissos de modo a ir ao encontro do que era expectável por parte da população. Os perímetros urbanos já se encontram validados, faltando somente que o ICNF emita parecer final após entrega do dossier que completa a informação sobre o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Desde 2006 que o enquadramento relativo às áreas urbanas aponta para o carácter excecional de classificação do solo rural em solo urbano e consequente contenção dos perímetros urbanos.

Neste sentido, a luta foi tentar validar tudo o que efetivamente é área urbana de acordo com as características presentes no território, mesmo que não enquadráveis na fórmula definida para a delimitação das mesmas. Os argumentos basearam-se na presença e identificação das vias pavimentadas, na presença de edificações e infraestruturas urbanas, mesmo nos casos em que não sendo permitido "crescer" área urbana, foi defendido que apesar destas áreas não estarem classificadas como urbanas, apresentam já características que permitem uma alteração do uso e ocupação do solo para esse fim.

Apresentou os dados que apontam para o decréscimo populacional, ainda assim continua a verificar-se a construção de mais edifícios, limítrofes ao núcleo urbano, e o consecutivo abandono do centro das aldeias. Nos quadros da avaliação da população, os alojamentos, a realidade do edificado e a dinâmica urbanística, verifica-se um crescimento na sede do concelho, facto que demonstra provavelmente a preferência das pessoas se fixarem na sede de concelho em detrimento das várias freguesias.

Nos mapas seguintes apresentou-se as pretensões da população e os compromissos urbanísticos que a Câmara assumiu nos últimos anos, nomeadamente loteamentos e licenciamentos, bem como outras realidades que se tornaram pertinentes regularizar.

Continuou, com a apresentação de alguns exemplos de aglomerados de edifícios em solo rústico, com todos os problemas que estão intrínsecos a este tipo de ocupação, e que se procurou "regularizar" e prever a sua inclusão em solo urbano. Nos casos de áreas de solo urbano existente no atual PDM que não tiveram qualquer intervenção nos últimos 20 anos naturalmente foram excluídas, "trocando" estas parcelas de território por áreas onde manifestamente foram realizadas obras particulares e onde houve claro interesse em edificar.

No final há uma aparente redução dos perímetros urbanos, tentando salvaguardar as indicações previstas na lei no que se refere a este tipo de solo, considerando solo apto a construção as áreas devidamente enquadradas nas infraestruturas e edificado existente.

Não havendo a categoria de solo urbanizável, principal mudança apresentada no quadro legal vigente, a procura foi salvaguardar as áreas que naturalmente já apresentam características urbanas, e havendo lugar a redução de solo urbano procurou garantir-se que a redução não fosse significativa na maioria dos aglomerados e que ficassem mais adaptados à realidade.

A Senhora Arquiteta finalizou a sua intervenção dizendo não querer particularizar aglomerado a aglomerado, transmitiu aquilo que foi a metodologia e a grande negociação com as entidades no que se refere ao solo urbano.

Finalizada a intervenção técnica, o Senhor Presidente da Assembleia abriu inscrições para quem quisesse intervir.

O Senhor Vítor Tomé deu os parabéns à Senhora Arquiteta pelo andamento do PDM, já que este vem-se arrastando há imenso tempo. Diz ter-se apercebido que relativamente ao desaparecimento de pessoas das aldeias e maior concentração na sede, deve-se ao facto de terem um terreno onde queriam fazer casa, mas que perante a lei não era possível fazê-lo, acabando por virem para a sede do concelho.

A Senhora Lourdes Marinho disse não estar por dentro da ideia da Arquiteta Sandra Rego. As povoações estão a ficar despovoadas com habitações arruinadas. Acha que em vez de se alargar o PDM para dar origem à construção de casas, muitas

vezes descaracterizadas do ambiente, seria melhor reconstruir as partes urbanas que estão degradadas nas freguesias. Na sua freguesia e nas outras pensa ser igual, existem várias casas, propriedades particulares a degradarem-se. Se houvesse incentivos para que fossem vendidas a um preço simbólico e ajudada a sua reconstrução, era preferível recuperar o que tínhamos e enriquecermos o Património, do que alargar o PDM para construção de uma vivenda.

O Senhor Joaquim Monteiro referiu que o PDM fora feito à pressa porque "estava na moda". Acha que o PDM vai restringir ainda mais do que aquilo que estava, trazendo problemas às nossas povoações. Sendo o PDM, neste momento, o documento mais importante para o desenvolvimento do concelho, deveria ter outro tipo de abertura. Deu os parabéns a esta equipa técnica por estar a trabalhar. O arquiteto anterior não fizera nada, andando há vinte anos com o PDM. Não sabe se estão a trabalhar bem ou mal, mas que estão a mostrar trabalho. Sabe que há restrições que podem dar a volta à situação. Discorda da maneira como foi feito, disse à Senhora Arquiteta que antes de esta estar vinculada à Câmara, que ele e o Senhor Rui Abrunhosa, sendo uma pessoa que sabe disto, trabalhou muitos anos com ele, correram a freguesia de Ervedosa do Douro para verem qual o perímetro urbano, indo ao encontro do que ele e as pessoas pretendiam. Depois, ao falar com a Arquiteta Sandra, houve alguns entraves que o limitaram. "O PDM foi instrumento para aniquilar as aldeias do nosso concelho". Houve pessoas de Ervedosa e Casais que vieram para a sede, aconselhadas pelo então Presidente de Câmara, para comprarem na Pesqueira. Estão a ficar sem população, devem dar a volta, porque daqui a uns anos, os jovens podem ter mais filhos e podem vir para cá os emigrantes ou os refugiados. Na sua opinião deviam requalificar as aldeias e não só os centros históricos. As aldeias nunca foram requalificadas, existindo ruas estreitas, casas abandonadas e algumas a cair, "devia haver um plano falado entre todos nós". Lamenta não ter havido esse plano. Os Presidentes de Junta são confrontados no dia-a-dia, vão respondendo, mas se calhar, os seus colegas de Junta de Freguesia não sabem. Os Presidentes de Junta deviam acompanhar muito mais de perto a elaboração do PDM para poderem esclarecer aqueles que votam neles. Questionou a Senhora Arquiteta se sabe quanto reduziu a área urbana de Ervedosa do Douro.

A Senhora Marcolina Sequeira questionou, também, o porquê de só o perímetro urbano de Paredes da Beira ter aumentado, e o das outras freguesias diminuído.

O Senhor Silva Fernandes, no uso da palavra, disse ter tido a oportunidade, numa sessão pública, elogiar a atitude deste governo ao ter criado uma unidade de missão para valorização do Interior. O Engenheiro Catarino conhecendo bem o Interior, está à frente desta missão. Aposta no Interior, mas ao ouvir a apresentação feita pela Senhora Arquiteta, é uma posição totalmente inversa daquela que deveria ser tomada. Qualquer dia "temos nós que criar uma unidade de missão para valorizar as freguesias". Tem que se fazer a inversão dessa situação e trazer pessoas para as freguesias, havendo várias atitudes que devem ser tomadas, mas isso já levaria a que fossem de carácter político.

O Senhor Sebastião Mesquita referiu que os solos com culturas permanentes vinha, olival, amendoal passariam para solos agrícolas. Nos últimos anos é difícil a CCDR aprovar. Um muro caído é preciso pedir parecer, a atual REN é uma aberração, e este concelho está completamente asfiziado de construções, ao ser comparado o número de pessoas com construções, há construções excedentárias. Quanto ao nível agrícola não se pode fazer nada, tem sido constrangedor. Questionou se todos os solos vão ficar solos agrícolas, deixando de pertencer à REN e se as estruturas já existentes de apoio agrícola estão salvaguardadas. Perguntou, ainda,



o porquê da área de construção de Paredes da Beira ter aumentado, se foi pelo facto de ser mais airosa e plana.

A Senhora Arquitecta, no uso da palavra, começou por responder ao Senhor Vítor Tomé dizendo que construção só fora das áreas urbanas vai poder acontecer. Em REN e RAN também vai poder acontecer dentro daquilo que é o quadro legal de uma das reservas. Tendo de se incorporar tudo o que é reserva agrícola e reserva ecológica. As duas reservas têm portarias específicas, é permitido construir nessas áreas com regras. Referiu que uma situação ou outra estavam salvaguardadas em solo rústico. Num território que existam muitos agricultores terá de ser salvaguardada a habitação, esses agricultores quer numa situação quer noutra, fora das áreas urbanas, estão salvaguardadas dentro da lei do que é a construção para os agricultores. Afirmou que, em relação ao abandono não é uma situação local, todos os problemas na revisão do plano, não são problemas só deste concelho, são problemas transversais à região. Conclui que podia estar mais à frente da proposta do plano, não está porque há determinadas condições a seguir debatendo-se com elas.

É importante explorar aquilo que temos, estando a ser feito e indo ao encontro daquilo que são as expectativas das pessoas. As políticas de intervenção neste tipo de situações de Património que é abandonado tem de haver uma legislação e medidas políticas de ordem muito superior à ordem que trabalha. Só com base nessas políticas conseguirá incorporar determinado tipo de medidas. A equipa anda a trabalhar nos perímetros urbanos, a identificar quais são as áreas mais antigas e aquele edificado devoluto e em ruína. A nível de Regulamento pretende benefícios para essas pessoas isso é uma matéria que não passa só por aqui, não é uma situação nem pode ser olhada para aqui. São matérias políticas e regeneração urbana que vêm a acontecer nas cidades. São políticas já com dez anos e só agora é que estão a ver os resultados delas. Nas regiões do Interior demoram a chegar, demoram mais tempo do que demora nas cidades. Não está esquecida a reabilitação do Património.

Respondendo à questão de Paredes da Beira, aumentou porque ao cair o solo urbanizável, uma categoria de espaço nos planos Diretores municipais, os perímetros reduziram. Existe uma lógica, quando sai uma categoria o solo aumenta. Todas as áreas edificadas e infraestruturadas que se encontrem dentro de uma área urbana, não estão classificadas como urbanas, tenham um tratamento igual ao nível de todos os aglomerados. Respondendo ao Senhor Joaquim Monteiro disse não ser verdade o que dissera em relação às restrições da sua freguesia. Houve uma redução da área urbana em relação à primeira proposta de perímetros que falaram os dois. Essa proposta tinha de ser revista não estando muito diferente daquela que acordara, com ele na altura. Dissera não poder produzir um trabalho técnico e cada vez que o faz "um risco" chamar os Presidentes de Junta. Atendeu todas as situações de todos os Presidentes de Junta, incluindo as pretensões das pessoas que vivem na sua freguesia e a todos os compromissos que a Câmara tem. Tem o perímetro urbano atual estando em vigor a proposta do plano. Houve áreas que estavam em solo rústico e passaram para solo urbano e áreas em solo urbano que passaram para solo rústico. Se existirem guias definitivamente estruturadas, havendo edificação, essas guias estão dentro do solo urbano. A regra para conseguir ter áreas que não estavam no solo urbano e agora estão, tem que ter essas características, senão não as consegue incluir. Reforçou a ideia da situação de Paredes da Beira ser muito simples. A freguesia tem uma variante bastante recente que não estava em área urbana, com solos adjacentes, podendo permitir a construção. Sendo uma via que está a infraestruturar todas as estruturas, não fazia qualquer sentido, essa área, estar fora,

uma vez haver ação nesse território. Fora feito, em todos os perímetros, o tratamento desta informação. Houve redução de área em determinados pontos, aquele ponto não estava dentro da área urbana hoje está.

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Silva Fernandes que questionou qual a articulação do plano com o Ministério das Finanças, e o que está classificado como urbano não estando, dentro desses perímetros, se passava a urbano.

A Senhora Arquiteta respondeu dizendo ser um problema nacional não local. A parte do cadastro e do registo das propriedades é uma parte que a ultrapassa. Pensa ser possível construir na reserva agrícola, na reserva ecológica, quando fala em quintas, elas normalmente estão fora do solo urbano rústico ou em espaços agrícolas, florestais, tendo exatamente o tratamento previsto na lei. Nesse aspeto pode tentar melhorar junto das entidades, mas a base de trabalho é aquilo que está previsto nos diplomas legais quer da REN quer da RAN.

O Senhor Joaquim Monteiro achou que o assunto estava a ser discutido de forma muito rápida. Fez a proposta de se dirigirem às freguesias para explicar tudo aquilo que foi discutido na reunião, já que os Presidentes de Junta não foram indicados para esclarecer os munícipes. Referiu que o PDM era demasiado importante para se cometerem erros, lembrando que o outro PDM "foi de encomenda, tinha de ser aprovado, porque senão o dinheiro não vinha da comunidade".

A Senhora Arquiteta respondeu não ser daquela maneira que estava a trabalhar. O Senhor Joaquim Monteiro voltou a intervir dizendo que não era daquela maneira que trabalhara mas que não ia ao encontro daquilo que defende, e quem foi eleito para defender a população fora ele, tendo que fazer ver aos técnicos e aos políticos colocados que a sua pretensão faz sentido. A sua freguesia ficara penalizada mais uma vez.

A Senhora Arquiteta retorquiu dizendo que Ervedosa não ficava penalizada.

O Senhor Joaquim Monteiro reforçou que ficava penalizada, que a Senhora Arquiteta nem a conhecia, estando cá somente há um ano. Ele vive cá há trinta anos, conhece e ouve a população, questionando a Senhora Arquiteta se se lembrara das casas do Senhor Covas no cemitério. Anda há três anos para as tentar legalizar. A técnica que estavam a utilizar, fazia com que andasse há três anos a "pensar, vai para o Engenheiro Maduro, vai para aqui, para acolá e ando há três anos a tentar resolver o assunto". Compreende que Paredes com a variante aumentasse a área, e questiona o caso da sua freguesia, se ia sair à Real Companhia Velha.

A Senhora Arquiteta respondeu que ia sair onde tinha sido combinado.

O Senhor Joaquim Monteiro alegou não ter sido combinado nada, havendo uma que entrava na Senhora do Monte, indo sair às Carvalhas, que se a Senhora Arquiteta o quisesse ouvir, que fosse um dia, com tempo, duas ou três horas, e conversavam sobre a sua pretensão. A proposta que defendia do perímetro urbano não foi aceite querendo explicações. Daqui a uns anos pode haver mais população e tem que se pensar nisso.

A Senhora Arquiteta disse ter tido uma reunião na CCDR só por causa da Adega e lhe ter comunicado para tentarem resolver o problema o quanto antes, não desconsiderando as preocupações das pessoas. Nessa reunião veio de lá com uma solução entregando-a ao Senhor Joaquim Monteiro e se quiser resolver a situação resolve-a no momento com o quadro legal que tem, porque já lhe dissera os requisitos, reforçou dizendo estar nas mãos do Senhor Joaquim Monteiro a resolução desse problema sem ter de esperar pela revisão do PDM.

O Senhor Joaquim Monteiro interveio dizendo não ser ele que tem a solução mas os técnicos e políticos que mandam. Por ele já estava resolvido há muito tempo.

A Senhora Marcolina Sequeira pediu um esclarecimento relativamente a umas propriedades agrícolas que são contíguas a propriedades urbanas. Nessas propriedades tem os dois artigos, o artigo rústico e o artigo urbano, existindo casas que já foram de habitação servindo, no momento, para arrumos. Questiona se é possível, a qualquer momento, recuperar as casas de habitação.

A Senhora Arquiteta respondendo à Senhora Marcolina Sequeira disse que uma coisa era o registo nas finanças, outra é o cadastro das finanças, ou seja, o solo rústico que está nas finanças não é coincidente com o solo rústico dos Planos Diretores Municipais. No futuro gostava que houvesse essa coincidência, mas, neste momento, uma coisa não invalida a outra, portanto pode ter um artigo urbano em solo rústico.

A Senhora Marcolina Sequeira questionou novamente se no futuro pode utilizar a habitação para fins habitacionais.

A Senhora Arquiteta respondeu que se a casa é uma pré - existência tem direitos adquiridos, se estiver a falar de construções novas, aí será de acordo com as regras das categorias dos diferentes tipos de solo, no caso das existências.

O Senhor Joaquim Monteiro pedindo desculpa à Senhora Arquiteta Sandra, pediu ao Senhor Presidente da Assembleia que deixasse responder a Engenheira Conceição Martins, pois esta possui mais experiência na área das Finanças.

O Senhor Sebastião Mesquita, que voltou ao ponto das edificações de apoio agrícola existentes, refere que ao passar-se de REN - Reserva Ecológica Nacional, e sendo os noventa e tal por cento do solo agrícola do concelho para solos, utilizados hoje, pela vinha e pelas culturas permanentes, e a RAN - Reserva Agrícola Nacional. Interroga quais as diferenças dos índices de reconstrução e ampliação das estruturas existentes e quais são os índices que tem no momento. Dissera haver muitos problemas com estruturas existentes. As pessoas querem ampliar e viabilizar e depois têm que vir para a zona industrial.

A Senhora Arquiteta, no uso da palavra, respondera ao Senhor Sebastião Mesquita que a REN não anula a RAN e vice-versa, logo, pode ter as duas condicionantes, uma em cima da outra, não passando de REN para RAN. O solo é que fica classificado como agrícola. Não pode avançar com a informação dos índices, ainda está a ser estudado em termos técnicos. Está a trabalhar com base nas ferramentas que tem, e as ferramentas que tem, no caso da RAN, é um diploma que nos ajuda e que já define um conjunto de regras para a RAN, para a REN e vice-versa. Sempre que estiver a falar de agricultura no território, sabe que há necessidade dos apoios agrícolas. As adegas, já estão salvaguardadas pelos diferentes diplomas legais. Índices máximos, volumetrias máximas, metros quadrados máximos, não sendo impeditivo quer nos casos da reserva ecológica quer no caso da reserva agrícola.

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra à Senhora Engenheira Conceição que começara por dizer que no código municipal sobre imóveis está a definição de prédio rústico e prédio urbano. Um prédio urbano é toda a edificação de um prédio que está num local com mais de um ano sem ser deslocado. Até as eólicas neste momento são classificadas como prédio urbano. Quando foi feito o zonamento foi tido em consideração a delimitação da zona urbana do PDM atual, não fora feito sem ser com base na delimitação do PDM atual, ou seja, quando for alterado o PDM atual, e diminuídas as zonas urbanas, os coeficientes de localização, nessa zona, serão diferentes dos que estão atualmente. Não faz sentido manter os mesmos coeficientes a nível de finanças. A diferença em se estar numa zona urbana, ou não urbana, são exatamente os coeficientes de localização. Se estiver dentro do perímetro urbano tem um

coeficiente, estando fora do perímetro urbano tem outro coeficiente. Não deixa de ser urbano, é sempre urbano desde que esteja num solo por mais de um ano. O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu às técnicas por terem estado presentes e terem contribuído para o esclarecimento de todos. Disse ainda, ter recebido correspondência que confirma a receção do envio da missiva sobre toxicodependência e o álcool dos vários organismos, tendo-lhe sido transmitido o envio para as entidades competentes. Deu conhecimento da criação de uma Associação pelo Presidente da Assembleia de Torre de Moncorvo para incluir os Presidentes de Assembleias mas, pelo facto de esta Associação ainda ser prematura, e tendo questionado quantos associados existiam, não obtendo resposta, pareceu-lhe prematuro a inscrição na mesma. Rececionara alguns convites do Senhor Silva Fernandes através da Associação Management de Portugal, nos quais não tem podido estar presente, agradecendo toda a consideração.

Período antes da Ordem do Dia

O Senhor Presidente da Assembleia abriu inscrições para quem quisesse intervir neste período. Inscreveram-se a Senhora Lourdes Marinho e os Senhores Norberto Vieira, Silva Fernandes, Vítor Monteiro, Vítor Tomé e Paulo Bito.

A Senhora Lourdes Marinho disse que gostava de ser informada sobre a saúde financeira da Esprodouro, querendo saber se cumpriram com os cinquenta, cinquenta. Fez votos para que a Escola continuasse, para não haver falha de alunos, nem despedimento de professores, sendo esse o objetivo da Assembleia ao dar autorização para a criação da nova Associação.

O Senhor Presidente da Assembleia interrompeu a Senhora Lourdes Marinho dizendo haver jovens daquela Escola a ouvir o que estava a dizer, não querendo que ouvissem "barbaridades". ASDOURO é uma entidade que existe e criou-se uma Associação Promopesqueira, não tendo nada a ver com as anteriores. Pediu para não baralhar os assuntos porque já constava que a Escola iria fechar não correspondendo à verdade.

A Senhora Lourdes Marinho disse ser uma deputada que respeita toda a gente, e que quando recebeu a convocatória para dar aval à criação de uma Associação de Desenvolvimento Local e Turístico, não se chamando Promopesqueira. Deu a sugestão de poder ir confirmar nas atas anteriores. Continuou, dizendo que foi autorizado a Câmara colaborar com 50% na criação da Associação de Desenvolvimento Local e Turístico de São João da Pesqueira, quando da regulamentação do notário mudaram o nome para Promopesqueira. Não quer ficar como mentirosa, na altura deu-se o aval para a criação da Associação, retirando a palavra turística do nome da Associação, ficando Associação de Desenvolvimento Local de São João da Pesqueira.

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que o CAE da ASDOURO é o 504566210 e corresponde à Associação de Desenvolvimento Ensino Profissional do Alto Douro. A Senhora Lourdes Marinho voltou a intervir dizendo ser o Presidente da Assembleia querer confundir os assuntos. Turístico deu jeito por causa da exploração do restaurante da Ferradosa. A sua preocupação era saber da situação financeira da Escola Profissional. Como teve que vir à Assembleia o assunto da criação da Associação e estando esta já formalizada, a Assembleia devia ter acesso aos estatutos. Há responsabilidades de todos, houve várias auditorias, não só desta vez. A Assembleia teve que autorizar a criação da ASDOURO, nunca ficando a saber o resultado dessas auditorias. A Assembleia serve para resolver os problemas complicados, também devia ter conhecimento de como tudo funciona. Lembrou o assunto falado da vinda dos Deputados pelo Círculo que representava Viseu e Vila Real com assento na Assembleia da República para visitar o nosso concelho.



Questionou se já tinha sido feito o convite. Na altura fora criada uma Comissão de trabalho. Teve conhecimento de uma empresa Porto e Nortelem - Norte Natural é um consórcio que envolve quinze entidades regionais, promovendo os principais destinos de turismo de natureza da Região Norte. Envolve os atores locais valorizando o Património Natural e cultural de cada um deles. O objetivo é criar ofertas na área do turismo da natureza que possa ocupar o turista mais de uma semana. Perguntou se a Câmara tem conhecimento desse projeto, sendo ótimo para a época das vindimas a culminar com a Vindouro.

O Senhor Norberto Vieira começou por cumprimentar os presentes dizendo que gostava não ser interpretado como mal-educado. Voltou a referir a nova Associação, na altura disse o que lhe pareceu que ia acontecer, acontecendo. A amortização na Caixa Agrícola também está feita como dissera. No momento em que o dinheiro entrou, o mesmo saiu com autorização dos Diretores da nova Associação. Por motivo de doença não conseguiu ver se estava registada, há pouco tempo ainda não estaria. Este assunto deixara-o confuso, a Caixa Agrícola ao entrar com 50%, e na mesma altura o retiraram, pedindo para deixar uma reserva para fundo de maneio. Questiona se o fundo de maneio terá ficado na Esprodouro ou na Nova Associação. Ao ficar na Esprodouro, esta deve dinheiro à nova Associação. Concluiu dizendo que o assunto tem que ser claro, pedindo que não o interpretem mal, tem a sua maneira de ser e de se exprimir. Questiona o porquê do Senhor Presidente da Câmara não assumir a presidência da nova Associação.

O Senhor Silva Fernandes interveio dizendo não querer falar na Associação, mas estado a falar nesse assunto referiu que a Deputada Lourdes Marinho teve razão. A proposta que o Senhor Presidente da Assembleia colocou a votação foi sem a palavra turístico e o que aconteceu na realidade foi a criação da Associação Promopesqueira com a palavra turístico. Questionou se fora dado à Senhora Notária o documento da Assembleia a autorizar, como colocaram um nome não estando autorizado. Referiu ser um problema grave, a Associação que foi constituída é ilegítima, por desrespeito para com a Assembleia e para com o Presidente da Assembleia Municipal. Questionou o antigo Diretor da Escola Profissional, mostrando-se disponível para vir à Assembleia prestar todos os esclarecimentos. Quando deixou a Esprodouro não tinha qualquer dívida. Lembrou que entre os desafios de futebol do campeonato europeu e as muitas festas dos santos populares, os factos são factos e os números são números. "S. João da Pesqueira não vivia isolada, e enganem-se os que olham apenas para o seu umbigo." Estando-se numa semana complexa e de grande incerteza quanto ao futuro da Europa, a possível saída do Reino Unido da União Europeia, ainda que com consequências imprevisíveis, afetará particularmente Portugal, quer pelo elevado número de portugueses que aí vivem - centenas de milhar, quer pela relevante posição que o Reino Unido ocupa ao nível das exportações, nomeadamente para o Douro e o Vinho do Porto. A perspetiva de alteração do xadrez político a nível europeu é outra realidade que não pode, nem deve ser ignorada: depois da alteração consumada na Grécia, surgem no horizonte indícios de alterações em Espanha, com as próximas eleições, o mesmo podendo acontecer em França e na Itália. Na união europeia há hoje uma maioria que defende a aplicação de sanções a Portugal, cuja decisão será tomada no princípio do próximo mês. Estes são os factos que provocarão profundas alterações, com consequências para todos nós. Quanto aos números mais recentes, verificamos que os índices não são animadores, nos últimos oito meses o PIB que vinha a crescer, abrandou o seu crescimento, o investimento que vinha a crescer, caiu substancialmente, as exportações que vinham em crescendo,

diminuíram, o desemprego que vinha a diminuir, está a crescer ligeiramente, e os juros da dívida que estavam em valores mínimos, voltaram a subir. Vivemos na galáxia do "Portugal 2020", mas os muitos milhões que diariamente são gastos em Portugal, podem falhar ou pelo menos terem um custo muito elevado para todos nós.

De seguida apresentou uma proposta que se transcreve:

“

Acácio de Almeida, nascido nos Pereiros em 1938, é seguramente o Diretor de fotografia português mais conhecido internacionalmente.

O seu trabalho está associado a realizadores como Manoel de Oliveira, Paulo Rocha, António Cunha Telles, António Reis, João César Monteiro e outros.

A sua colaboração com realizadores estrangeiros como Raul Ruiz, Alain Tanner e Jean Rabier, dão-lhe notoriedade internacional. Com o filme "O Cerco" de António Cunha Telles, é-lhe atribuído o primeiro prémio de fotografia pela secretaria de estado de informação e turismo.

A partir daí assumiu a direção de fotografia em mais de duas centenas de filmes nacionais e estrangeiros.

Depois de frequentar o curso de cinema no centro universitário de Lisboa, funda o centro português de cinema e a cooperativa grupo zero.

Bolseiro da fundação Calouste Gulbekian, em Paris, contata com Nestor Almendros.

Seguidamente, regressa a Portugal e funda a Inforfilmes, produzindo e coproduzindo diversos filmes.

Acácio de Almeida, recebeu no passado mês de maio, na gala do cinema, O "Prémio Sophia", da academia portuguesa de cinema, para o melhor Diretor de fotografia.

Pela sua obra e pelo prémio agora atribuído é digno do nosso reconhecimento, pelo que proponho que esta Assembleia aprove um voto de louvor e gratidão.

Voto de louvor e gratidão

A Assembleia Municipal de S. João da Pesqueira, na sua reunião ordinária do mês de junho, felicita o cidadão Acácio de Almeida pela conquista do prémio Sophia - classe fotografia, atribuído pela academia portuguesa de cinema, presta homenagem á sua brilhante carreira profissional, e manifesta o seu orgulho por contar entre os seus naturais, nascido nos Pereiros de S. João da pesqueira o melhor Diretor português de fotografia de cinema.

“

Referiu também outro assunto que se passa a transcrever:

“

A aldeia de Pereiros no Vaticano.

O trabalho desenvolvido pela Associação dos Amigos de Pereiros, ao longo dos anos, nomeadamente na preservação do Património e valorização das tradições, tem merecido o reconhecimento das mais diversas entidades.

Entendemos porém, ser da maior relevância trazer ao conhecimento desta Assembleia, que Sua Santidade o Papa Francisco expressa na carta que nos enviou "...reconhecendo a benemérita atividade desenvolvida pela Associação dos Amigos de Pereiros, procurando defender e valorizar as tradições e monumentos locais..." concede a todos os que colaboram nesta Associação, uma

particular bênção apostólica. A igreja paroquial de Pereiros foi a primeira, senão ainda hoje a única igreja portuguesa a ter a cruz do Papa Francisco.

É uma honra que a aldeia de Pereiros, através da sua Associação esteja presente no Vaticano, bem como no colégio de Santo António dos portugueses, em Roma, que não deveríamos deixar de trazer ao conhecimento desta Assembleia.

O Senhor Vítor Monteiro cumprimentou os presentes, lembrando que ao longo destes dois meses tem entrado um assunto pela porta dentro que é o assunto das Escolas com contrato de Associação, felizmente no nosso concelho não há caso nenhum, mas sendo um assunto tão grave, não pode deixar de o referir. É grave que meia dúzia de pessoas, associações, conseguem instrumentalizar e criar este movimento à volta de um não assunto. Aquilo que na verdade deveria estar em discussão é o fato de só agora ter tomado estas medidas. Depois o mais grave, é ainda levar pessoas com responsabilidades deste país, inclusive já tiveram nas mãos o destino do mesmo, incentivam também às mesmas. São vários os argumentos que são apontados para defenderem esses movimentos, mas no seu ponto de vista servem para confundir. Leu um pequeno exercício que apresentou e se transcreve:

DEFESA DA ESCOLA PONTO, SERÀ MESMO?

Diariamente vimos nas manifestações por este país fora palavras de ordem a favor dos contratos de Associação, de todas o que me tem saltado mais à vista numa frase onde alguns pais defendem "eu escolho o ensino de qualidade".

Estes pais defendem um ensino de qualidade e fazem bem porque os pais dos alunos da escola pública também.

Contudo, fazem mal quando se desconsideram um trabalho desenvolvido nas escolas públicas e quando aceitam rotular 1,5% das escolas privadas visadas com as escolas de qualidade a este argumento deve levar-nos a questionar sobre esta luta e sobre estes pressupostos, é este argumento que deve levar-nos a refletir.

É justo que o estado continue a financiar 1,5% de colégios privados que oferecem uma oferta educativa redundante quando se fecharam tribunais, Centro de Saúde e repartições obrigando as populações a percorrer dezenas e até centenas de quilómetros que a situação económica assim o exigia?

Como justificar o argumento de liberdade de escolha quando um aluno não tenha na sua área de residência escola pública e tenha que frequentar uma escola privada não por opção, mas sim por falta dela.

A liberdade de escolha não está, nem nunca esteve em causa, mas esta liberdade não é escolho eu pagas tu não é o argumento de desemprego e de despedimentos de professores das escolas com contratos de Associação mesmo que deveria ter um privado para que se manifestou a solidariedade de defesa dos desempregados da escola pública? Não é o argumento da justiça social um pouco difícil de aceitar quando o estado financia escolas com contratos de Associação em zonas e a sua oferta educativa é redundante duplicando custos para financiar escolas que em alguns lugares tinham menos 2% dos seus estudantes abrangidos por escalões A e B da ação social. As escolas com contratos de Associação não são todas iguais é certo. E concede-se que há colégios dignos de análise.

Todos os pais têm o direito a desejar o melhor para os filhos e todos os pais têm direito a querer que os seus filhos tenham a melhor educação de todas. Contudo, ao Estado cabe criar condições de qualidade equidade para que todos possam

ter acesso a uma educação de qualidade e não perpetuarem injustiças sociais e deficiências na alocação de dinheiros públicos.

Cabe ao Estado governar-se sobre critérios aplicáveis, cabe ao Estado não criar condições de privilégio para que 1,5% de escolas privadas e muito menos para escolas onde 98% dos seus alunos não sejam abrangidos pela ação social escolar. Dizem os manifestantes nem defesa da escola pública nem defesa da escola privada, defesa da escola ponto. Bem vistas as coisas será mesmo?

”

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Paulo Bito que apresentou um documento que se encontra em anexo a esta ata.

O Senhor Sebastião Mesquita, no uso da palavra, deu um esclarecimento relativamente à sua saída da última reunião. O Senhor Presidente da Assembleia ausentou-se, foi substituído, estava a fazer perguntas ao Senhor Presidente da Câmara, como este não respondeu e interrompeu a sua intervenção, não admitiu isso e ausentou-se. Frisou que voltará a fazê-lo, caso isso se repita. Deixou uma proposta à Assembleia de um voto de reconhecimento à empresa PRORURAL do Senhor Nelson Augusto Castro porque foi considerada PME líder de excelência em 2015. Voltou a lembrar o assunto discutido em algumas Assembleias, os abrigos das paragens. Fez referência às estradas em Ervedosa, nomeadamente Roriz e Pessegueiro, continuam uma lástima, intransitáveis. Convidou o Senhor Presidente da Câmara a ir fazê-las às cinco da manhã. Fizeram projetos de drenagem e até agora nada, pergunta se é assim que querem ajudar os viticultores e o turismo.

O Senhor Joaquim Monteiro disse que o Senhor Sebastião Mesquita lhe tinha tirado algumas palavras. Pequenas e médias empresas devem ser louvadas. "Só louvam aqueles que não fazem nada." Questionou se alguém se tinha lembrado de homenagear o Senhor Nelson Castro por dar emprego e se alguém se lembra de homenagear a sua freguesia por dar trabalho a muitas pessoas? Referiu andarmos num mundo de egoísmo. Anda aqui há trinta anos, só ouve homenagear e bater palmas a quem não faz nada, é a favor das pessoas que trabalham, que andam no terreno. Agradece ao Engenheiro Mesquita o facto de ter lembrado o estado das estradas em Ervedosa do Douro. O Senhor Presidente da Câmara fez aquele caminho e parece haver uma solução. Enviou uns *emails* um pouco aborrecidos ao Senhor Presidente da Câmara e ao Senhor Vereador porque tem razão, as pessoas vão ter com ele a pedir explicações por ser Presidente de Junta. Quem tem culpa de certas situações deve assumi-la. Naquele caminho andou uma máquina uma semana, tornando-o pior do que estava, "as águas vão por ali abaixo é um autêntico ribeiro na propriedade que gere o Engenheiro Mesquita". Lembrou o telhado do Centro Escolar de Ervedosa do Douro o qual deve ser composto enquanto os alunos estão de férias. Para terminar, lembrou que a internet até às Bateiras não funciona. As pessoas queixam-se, muita gente pára lá, e era bom que a Internet funcionasse naquele local.

O Senhor Vítor Tomé, no uso da palavra, dissera que a Capital Douro no último *workshop* homenageou o Senhor Nelson, os Membros não estiveram presentes porque não quiseram, o convite tinha sido feito e onde a Câmara também participou. Referiu dois assuntos, o primeiro em relação às árvores da Avenida, não feito o tratamento necessário. Nos passeios não se pode circular e os carros ficam todos "melados". Dá a sugestão de serem plantadas umas árvores autóctones estas não o são. O segundo assunto é a má estruturação dos transportes públicos quando os alunos estão de férias, "hoje é um horário, amanhã já é outro", não sabe qual dos Vereadores está responsável, mas deviam estruturar os horários dos autocarros e fixá-los nas paragens dos mesmos. Falando de autocarros lembrou não haver ligação, aos fins-de-semana para Régua, Lamego e Vila Real. Sendo os

pontos de saída, devia haver uma ligação no eixo do turismo, já para não falar se algum munícipe tiver família no hospital de Vila Real, pois ter-se-á de deslocar de carro.

O Senhor Eduardo Coelho questionou o Senhor Presidente da Câmara se já existe algum projeto para os cais nas zonas ribeirinhas do concelho.

A Senhora Marcolina Sequeira perguntou ao Senhor Presidente da Câmara para quando a colocação da fonte que estava à entrada da Rua Direita e no momento encontrava-se em frente aos bombeiros. Deviam colocá-la, qualquer dia desaparecem as pedras. Não querendo ser repetitiva, disse ter ficado confundida depois de tanta explicação. Para si a ASDOURO desaparecia para desaparecer também a Associação de Pais. A nova Associação ia ser criada só com dois promotores a Câmara Municipal e a Caixa de Crédito Agrícola. Questiona se a ASDOURO continua a existir, qual a finalidade da nova Associação. Gostava de ter conhecimento dos estatutos.

O Senhor Presidente da Câmara cumprimentou os presentes, comunicou aos Presidentes de Junta que ao fim da reunião da Assembleia reunissem, pois tinha um assunto a tratar com eles. Disse que ia tentar esclarecer o assunto da ASDOURO e Promopesqueira. Começou dizendo que a ASDOURO há cinco ou seis anos atrás não ter dívidas era um disparate, estava presente a Dr.^a Marcolina Sequeira, Presidente da Associação de 2009 a 2013 e sabia que a ASDOURO sempre teve dívidas. A Escola chegou a uma altura que por força das dificuldades de recebimento por parte das ações governamentais do POPH, agora POCH, de difícil tesouraria, na iminência de encerrar por não ter dinheiro, depois de várias reuniões entre a Caixa Agrícola, a Câmara e a direção da ASDOURO, achou-se bem a Câmara entrar com o Património, uma vez que o local onde está a laborar a Esprodouro é da autarquia. Por uma questão de conforto, decidiu-se criar uma Associação independente, onde a Câmara entrava com o Património e a Caixa Agrícola com o dinheiro. A Promopesqueira é uma Associação que não tem nada a ver com a Esprodouro. São Associações diferentes, Diretores diferentes, órgãos sociais diferentes. A nova Associação surgiu para que o Património ficasse na Promopesqueira e não nas dívidas da Esprodouro. Nunca falou na extinção da Esprodouro, ia laborar normalmente e a Promopesqueira ia ser a financiadora da Esprodouro. A Caixa de Crédito Agrícola entrou com quatrocentos e cinquenta mil euros para a ASDOURO poder pagar o que tinha a ver com a laboração da Associação, o resto até aos quatrocentos e cinquenta mil euros amortizou uma conta, estando a pagar menos juros, sendo esta a situação da Esprodouro. Respondendo ao Senhor Norberto Vieira disse nunca ter fugido às suas responsabilidades, não foi, nem é Presidente da ASDOURO porque não o quer ser. Os Estatutos iriam ser disponibilizados para todos os Membros da Assembleia. Respondendo à Senhora Lourdes Marinho dissera não ter escondido que a palavra turística era para poder incluir a exploração do restaurante da Ferradosa. Quanto à Comissão para a vinda dos Membros não sabe em que ponto a situação está. Relativamente à nova entidade pede que lhe faça chegar mais informação para poder analisar. Ao Senhor Silva Fernandes respondeu que não é assim. Só sai penalizado quem está a receber. Há na Europa contribuintes líquidos e esses ficam a ganhar. Disse ao Senhor Paulo Bito que o problema do gimnodesportivo é um problema mais ligado ao pelouro mas sugestões são sempre bem-vindas. O Senhor Sebastião Mesquita que o desculpasse, mas não pode desculpar a atitude que teve, saiu da reunião, tem que assumi-lo, não é dizer que foi por causa de A, B ou C, cada um vai entender o porquê da sua ausência. Referiu já ter sido dado o louvor em conjunto com a Capital Douro à empresa PRORURAL. Quanto às Escolas,



já foram feitas algumas intervenções na recuperação do pavimento, os abrigos irão ser intervencionados.

Nos caminhos agrícolas, não tem hipótese de fazer tudo, mas andou a ver a necessidade de cada um. Ao Senhor Joaquim Monteiro disse que a Câmara assume as suas responsabilidades. Grande parte das estradas estão num estado degradável por causa dos tratores, os próprios agricultores não respeitam as estradas. Na rede wireless a Câmara ainda não conseguiu fazer uma candidatura global, estando a aumentar e a remendar pontos mais críticos. Ao Senhor Vitor Tomé dissera compreender o problema das árvores, mas na altura foi o que acharam melhor. Já reuniram com os técnicos e Presidente de Junta estando a ver o que se consegue fazer. Relativamente aos transportes respondeu não ser assim tão fácil, os transportes estão centralizados e a empresa que presta serviços no concelho presta-os ao Norte todo, não havendo esta empresa não há outra. Só existem transportes públicos no concelho porque a Câmara os está a pagar, para além dos passes Escolares a Câmara paga uma compensação para os garantir. Há três anos atrás conseguiu com o colega de Moimenta da Beira um autocarro que se dirigisse a Lamego, mas acabou, não dava lucros. Entretanto, conseguiu-se que fosse a Riodades, Paredes, seguidamente Moimenta, Lamego e Peso da Régua.

Ao Senhor Eduardo Coelho respondeu dentro do mesmo quadro fazer um programa da zona ribeirinha toda entre as Bateiras e Ferradosa. Relativamente à Fonte que a Senhora Marcolina Sequeira falou têm tentado perceber se a pedrazinhas estão lá todas, é intenção de a colocar.

O Senhor Vitor Tomé reforçou que sendo a Câmara a pagar os transportes pode exigir mais. Pede desculpa voltar ao mesmo assunto, mas, uma vez existir um problema que afeta dinheiro de erários públicos é criada uma comissão de inquérito e as pessoas são obrigadas a responder perante ela. Nesta situação seria um caso simples até porque só houve três Diretores da Esprodouro, estão os três vivos e um até se disponibilizara em vir aqui. É um direito que a Assembleia tem, perceber de onde veio o problema.

A Senhora Marcolina Sequeira referiu ser um direito da Assembleia, perceber de onde veio o problema mas, para ela, a resposta é simples "os cursos são os mesmos e o financiamento é cada vez menor". Questionou, porque continua confusa, se a Esprodouro presta contas à ASDOURO ou à Promopesqueira.

O Senhor Silva Fernandes pediu a palavra para clarificar a situação "conforme consta da ata da Reunião de 26 de fevereiro. Na página 33 que se transcreve "... o Senhor Presidente da Assembleia retomou o seu lugar na Mesa, lembrando estar o ponto 5 clarificado, percebendo-se qual a perspectiva apontada. De acordo com as opiniões que foram tomadas durante a discussão, entende e concorda com a retirada da palavra "turística" na nomenclatura dada à Associação nos Estatutos, ficando apenas como Associação de Desenvolvimento Local de S. João da Pesqueira. Colocada à votação a proposta foi aprovada, por maioria, com a abstenção da Senhora Lourdes Marinho".

Está clarificada a situação, não é Promopesqueira, nem tem turístico. Quanto áquilo que o Senhor Presidente do Executivo classificou de disparate, da vinda do Dr. João Almeida, eu proponho que esta Assembleia convoque o Dr. João Almeida para ver se ele se disponibiliza a vir cá e fica o problema resolvido, ou deixa de ser disparate ou o disparate é dele não é meu".

A Senhora Lourdes Marinho dissera que a pergunta em relação à saúde financeira da Esprodouro não fora respondida. Referiu estar a nomenclatura de Promopesqueira e o Senhor Silva Fernandes provar a sua razão. Gostava de obter explicação em relação a isso. Foi-se que a ASDOURO ia acabar, não



acontecera. Ao declarar-se insolvente as dívidas ficavam pagas achando que juridicamente é assim, questiona onde foram injetados os quatrocentos e cinquenta mil euros, se na Esprodouro, se na nova Associação. Soube que logo a seguir à doação, as contas em atraso com os Professores, foram saldadas.

O Senhor Norberto Vieira referiu guardar muito respeito ao Senhor Presidente da Câmara mas não percebe como as contas foram feitas. Foi injetado na nova Associação quatrocentos e cinquenta mil euros, trezentos mil desapareceram no imediato para pagar o passivo da Esprodouro e foi dito que uma coisa não tinha nada a ver com a outra. Ficam com cento e cinquenta mil euros para pagar aos professores. Questionou se os quatrocentos e cinquenta mil euros continuam na Esprodouro e a nova Associação ficou sem o dinheiro. Pediu para ser esclarecido, se existe alguém responsável e para onde foram os quatrocentos e cinquenta mil euros.

O Senhor Sebastião Mesquita interveio dizendo estar baralhado. Foi pedido na reunião de Assembleia o aval para a criação de uma Associação. A essa Associação foi doado o Património e a Caixa Agrícola entrou com dinheiro. Questionou de que forma a Promopesqueira financiava ou subsidiava a Esprodouro. Gostava de ser clarificado vindo o Ex. Diretor explicar. "É preciso clarificar como as coisas funcionam." Foi pedido a criação da Associação mas não fora dito mais nada, vai tudo acontecendo qualquer dia "perdem o fio à meada", disseram que a ASDOURO ia ser declarada insolvente continuando a funcionar. Interroga como o dinheiro circula estando a ASDOURO a funcionar.

A Senhora Maria Helena pergunta como passou à insolvência, havendo duas Associações a funcionar.

O Senhor Presidente da Assembleia pediu ao Senhor Presidente da Câmara se achasse bem que esclarecia a situação.

O Senhor Joaquim Monteiro compreendeu o que fora dito na altura. A Esprodouro tinha uma dívida muito grande, a Caixa Agrícola entrou com o dinheiro, a Câmara com o Património. Entendeu e votou a favor para a Câmara salvaguardar o Património, por isso não fora colocado na ASDOURO mas sim na Promopesqueira. Questiona se a ASDOURO fora extinta e quem geria a Escola.

O Senhor Presidente da Assembleia interveio explicando haver duas entidades, a ASDOURO e a Esprodouro. Não são entidades juridicamente válidas, juridicamente válida é a ASDOURO. O Ministério da Educação foi quem atribuiu o alvará em 1995 e chamou-lhe Esprodouro – Escola Profissional de São João da Pesqueira. Com o decreto n.º 4/98 teve que integrar a Escola Profissional de São João da Pesqueira numa Associação, a ASDOURO. O Ministério da Educação, na altura confuso, passou a designar a escola de ASDOURO/Esprodouro com o contribuinte da ASDOURO porque a Esprodouro não tem personalidade jurídica, tendo apenas o "alvará" n.º73. Entretanto fora discutida a criação de uma nova Associação, cujo fim turístico não fora aprovado. Referiu que o CAE seria com ou sem esse termo, sabendo que a Assembleia não autorizara e informando que o CAE é o 94985. O nome disponível dentro dos propostos fora esse, tendo ficado Promopesqueira. Não altera nada ter o termo turístico. Existe a Promopesqueira com um CAE que não é de formação e existe a ASDOURO/Esprodouro com outro CAE que é o ensino e formação profissional e outras atividades educativas. Os CAE secundários são dois, a exploração da Ferradosa e aluguer de salas, nomeadamente ao IEFP. A ASDOURO tem um número de contribuinte a Promopesqueira tem outro. Existem duas associações, a ASDOURO com três associados, Câmara Municipal, Caixa Agrícola e Associação de Pais. A Promopesqueira com dois Câmara e Caixa Agrícola. Para não ficar o bem associado à ASDOURO, ficaria o bem associado à Promopesqueira, não tendo a Associação de Pais. Relativamente a esta

Associação, tem a doação do edifício e a doação dos quatrocentos e cinquenta mil euros. A Câmara fez a doação do edifício à Promopesqueira e o Crédito Agrícola entregou no imediato quatrocentos e cinquenta mil euros à Promopesqueira, para colmatar uma dívida de aproximadamente oitocentos mil euros, dívida na altura não absolutamente real. A Caixa de Crédito Agrícola passara para a Promopesqueira, e a Promopesqueira, na mesma altura, passara trezentos mil euros para pagamento de uma conta autorizada a descoberto e amortização de uma conta caucionada, ficando cento e cinquenta mil euros na Promopesqueira. Referiu estarem alunos de visita à Escola Agrícola do Rodo conduzida pela Escola EB 2/3 de São João da Pesqueira e a Esproduro está sem alunos, precisando de ter cento e vinte e cinco alunos para fazer face ao débito permanente da ASDOURO. Enquanto isto acontecer, o concelho não caminhará seguramente para o céu. Este ano foram atribuídas duas turmas de ensino profissional, uma de Cozinha/Pastelaria e uma de Mesa/Bar, estando com a oferta de um curso CEF, curso de dupla certificação, dando equivalência ao 9.º ano. Se correr bem, e até 31 de julho tiver respostas favoráveis dos alunos, ter-se-á quarenta e oito alunos, o quanto baste para passar dos atuais oitenta, para cem, e a caminhar para os cento e vinte e cinco. Referiu que a escola tinha oitenta alunos, nesses oitenta, contavam-se vinte e três Palop's, e no momento tem apenas 8 Palop's. "Roma e pavia não se fizeram num dia, e as coisas têm que ser feitas devagar." O POCH deve à data, aproximadamente duzentos e quarenta e quatro mil euros. Este ano letivo, desde 1 de setembro até este momento pagou 15% do valor de financiamento, mais ainda, esses 15 % correspondem a aproximadamente trinta e seis mil euros recebido no primeiro período e a dezoito mil euros, recebido desde janeiro até agora. Com toda esta ginástica financeira, e mesmo pagando ao Crédito Agrícola o montante já pago, ainda deve seiscentos mil euros. Se a Escola, e é esse o objetivo, caminhar no outro tipo de "trabalho", poderá conseguir. Tem consciência plena, e toda a gente tem, ao pensar apenas no ensino profissional considerando a escassez de alunos, a Escola não tem futuro. Na reunião de dezembro disse qual era o panorama da Escola e se via nela viabilidade ou não, em que os Membros da Assembleia, de forma unanime, acreditaram nisso, ficando a aguardar respostas. Conclui dizendo que até à data era tudo o que tinha a dizer. Questionou se alguém tivesse dúvidas as podia esclarecer.

O Senhor Sebastião Mesquita referiu que na altura ficou claro que o Património não ia servir para a hipoteca, era uma forma de a Câmara injetar o Património. Se a Caixa Agrícola injetou quatrocentos e cinquenta mil euros e a Câmara o equivalente, mas em Património, ainda podiam ir buscar outros quatrocentos e cinquenta mil euros.

A Senhora Lourdes Marinho questionou se já vieram as candidaturas e projetos para injetar dinheiro na Escola Profissional. Continua a dizer que os quatrocentos e cinquenta mil euros serviram para abater a dívida na Caixa Agrícola e pagar aos professores. Para si a Escola continua endividada, voltando qualquer dia o assunto à Assembleia. Depois, todos os Membros ficam sensibilizados, como na outra reunião, e só ela é que se absteve.

O Senhor Joaquim Monteiro, no uso da palavra, disse à Senhora Lourdes Marinho que não pode votar por ele. Votou, convicto na solução. Se calhar os Membros da Assembleia não sabiam de tudo em relação à dívida, era preciso pôr os pés no chão.

O Senhor Silva Fernandes questionou se havia a possibilidade de hipotecar o edifício e as dívidas ficarem pagas. Se sim, então que hipotecassem o edifício,



porque a situação, agravando-se, se o Património revertesse para a Câmara, isso seria uma miragem.

A Senhora Marcolina Sequeira afirmou estar confusa. Se a Câmara entrou com o Património e a Caixa Agrícola entrou com os quatrocentos e cinquenta mil euros, não tinha a ASDOURO que pagar dívida nenhuma. O dinheiro foi injetado, mas foram buscá-lo. Sendo assim, a Caixa Agrícola não contribuiu com nada.

O Senhor Norberto Vieira disse ter percebido que havia uma dívida de oitocentos mil euros, e a Câmara ao entrar com o Património, pagou metade dela. Devia ter anulado os quatrocentos mil euros, mas isso, nenhum banco faz.

O Senhor Fernando Pereira disse que a ASDOURO tinha uma dívida bancária de oitocentos mil euros, dívida bancária significa débito. Questionou como seria possível sanear uma empresa tendo passivo de dívida bancária e não ativo zero, não possuindo bens. A única solução foi criar-se uma entidade, o capital social dessa entidade foi constituído em espécie e em género, espécie dinheiro, quatrocentos e cinquenta mil euros da Caixa Agrícola, em género, o imóvel dado pela Câmara. Passou a ter-se uma Associação. Tendo o seu ativo avaliado em aproximadamente quatrocentos mil euros e tendo zero passivo, com o objetivo de sanar financeiramente uma empresa falida. Se estiver insolvente, as dívidas mantêm-se até pagar. O objetivo é sanear uma entidade para poder fazer com que a Esprodouro - Escola Profissional se mantenha. A Caixa Agrícola, ao entrar com quatrocentos e cinquenta mil euros e a Câmara com um Património de quatrocentos e cinquenta, pegando nos quatrocentos e cinquenta em dinheiro amortiza e ainda fica dívida bancária por liquidar. Referiu que os bancos não são a Santa Casa da Misericórdia de ninguém, ao existir dívida bancária é necessário estruturá-la dando garantias, garantias que existem a partir do momento da participação da Câmara. As duas entidades estão a fazer com que a Escola Profissional se mantenha. Se por acaso esta entidade for à falência, o Património, o ativo, vai ser dividido por dois. A Caixa entrou com metade do Património. Frisou a importância de se perceber que tanto uma entidade, como outra, estão a tentar dinamizar uma entidade com postos de trabalho, trazendo mais-valias e trazendo desenvolvimento. O grande objetivo foi criar uma entidade capaz de dar seguimento.

O Senhor Jorge Andrade referiu que o imóvel é uma hipoteca e perguntou se a dívida não for paga a Caixa Agrícola fica com o imóvel.

O Senhor Fernando Pereira disse que o Património está livre porque a Caixa já injetara quatrocentos e cinquenta mil euros.

O Senhor Presidente da Assembleia disse serem importantes estas reuniões independentemente do tempo que demorem. É bom para que as pessoas fiquem esclarecidas.

O Senhor António Froufe referiu que o património está livre até haver hipoteca. A Câmara terá de ficar atenta para a dívida não aumentar e ficar sem o Património.

O Senhor Presidente da Assembleia, relativamente à presença dos antigos Diretores da Esprodouro referiu que, quem tem poderes para os atos são os Diretores da ASDOURO, os Diretores da Esprodouro só respondem ao Ministério da Educação. Ao virem cá é a palavra deles e vale o que vale.

A Senhora Lourdes Marinho referiu que os Presidentes da Esprodouro por vezes estão lá e não sabem de tudo. Para ela têm mais responsabilidade os Diretores da Associação e o Auditor da Escola, estes sabem os compromissos das dívidas, os projetos que estão para utilizar, ou não e o que auferem dos fundos europeus.

O Senhor Sebastião Mesquita disse já ter entendido o problema. Estão como o banco bom e o banco mau, uma Associação, a nova sem dívidas, e a outra contínua com dívidas, "no futuro havemos de ver".

O Senhor Presidente da Câmara disse não ter muito a acrescentar depois daquilo que fora dito. Concorde com o Membro da Assembleia, ao dizer que agiram de boa-fé, e foi isso que acontecera. O futuro ninguém o sabe, mas ao menos tentou-se resolver um assunto, se assim não fosse, a Escola entraria em insolvência, acabando-se com os empregos, com o comércio local e não estariam aqui a discutir este assunto mais uma vez. Frisa que ao menos tenta-se resolver o assunto, lutando por aquilo que é nosso.

O Senhor Joaquim Monteiro referiu que confia na honestidade e na boa-fé, estando cá para resolver, acreditou e aceitou toda a argumentação, mas realmente, quanto mais se fala mais dúvidas existem. Espera que a Escola dê o passo seguinte, crê no trabalho e na honestidade, concordando com tudo o que foi feito.

O Senhor Presidente da Assembleia quanto à intenção de trazer os Deputados, respondeu que falou com o Senhor Deputado que representa o nosso concelho e o Douro para que fosse possível trabalhar nessa matéria, trazendo os Deputados de Viseu e de Vila Real.

Relativamente aos votos de louvor e reconhecimento colocou-os a votação, tendo sido aprovados por unanimidade o voto de louvor e gratidão ao Dr. Acácio de Almeida proposto pelo Senhor Silva Fernandes, e o voto de reconhecimento da empresa PRORURAL proposto pelo Senhor Sebastião. Quanto à vinda do Dr. João Almeida pediu o pronúncio da Assembleia.

O Senhor Joaquim Monteiro deu a opinião de não virem à Assembleia, mas juntar três ou cinco pessoas para o ouvir e depois transmitir à Assembleia.

O Senhor Paulo Bito referiu ser de opinião que ao fazer-se o convite ao Dr. João Almeida devia fazer-se também aos outros Diretores.

A Senhora Maria Helena interveio dizendo que a reunião já se prolonga por várias horas, e que ao trazer-se os Diretores podiam preparar uma semana.

O Senhor António Froufe aceita a vinda deles, mas que a Assembleia os responsabilize, penalizando-os se houver casos concretos.

A Senhora Lourdes Marinho diz não concordar com as opiniões sugeridas por haver responsáveis e gestores. Diz que será melhor começarmos a preocuparmo-nos daqui em diante.

O Senhor Silva Fernandes frisou mostrar somente a disponibilidade do Dr. João Almeida.

O Senhor Paulo Bito referiu que a opinião por si colocada seria por uma questão de igualdade, se a vinda de um não se concretizar, retira a proposta. Se umas situações não são aprovadas, não faz sentido aprovar uma Comissão.

O Senhor Presidente da Assembleia reforçou não serem parlamento e que nem teriam a possibilidade de arranjar um grupo parlamentar para ouvir alguém.

O Senhor António Froufe frisou "nem os tribunais obrigam a falar quanto mais a Assembleia", devia ter-se discutido antes, quando detetaram algo de irregular.

O Senhor Joaquim Monteiro referiu que assim sendo o Dr. João Almeida ainda vai dizer que se prontificou a vir cá e vai "sair na maior e pelos vistos eles ganhavam ordenados chorudos".

O Senhor Vítor Tomé disse se o Dr. João Almeida se disponibilizou a vir cá e os outros são convidados a vir, quem quer vir vem, quem não quer não vem. Não percebe o porquê de tanta renitência em relação ao assunto. Se há possibilidade de as pessoas virem falar, questionou porque não ouvir.

O Senhor Presidente da Assembleia concluiu que a Comissão se retirava. Em termos formais não se convidam, em termos informais podem convidar-se. Por manifestação do plenário, entendeu-se não fazer sentido essa abordagem. Foi

interrompida a reunião para um intervalo de cinco minutos, antes de passar ao primeiro ponto da ordem de trabalhos.

PONTO 1 – Apreciação da Atividade Municipal

De regresso aos trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia abriu o ponto, passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que a informação da Atividade Municipal foca o mais relevante.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu inscrições para o ponto, passando a palavra ao Senhor Sebastião Mesquita.

O Senhor Sebastião Mesquita relativamente à Atividade Municipal questionou o porquê de um caminho, a ser feito em Ervedosa não constar da informação. Alertou para a parte final, a situação financeira, qualquer dia será um buraco negro.

A Senhora Marcolina Sequeira gostava que a esclarecessem no âmbito da ação social, onde diz "foram elaborados pareceres sociais relativamente a obras de requalificação e ampliação de infraestruturas para a proposta social, estrutura residencial para idosos" questionou quais obras.

A Senhora Maria Helena disse ter a mesma dúvida da Senhora Marcolina Sequeira. Teve a oportunidade de acompanhar duas turmas do quarto ano numa visita à oficina de arqueologia, elogiou o trabalho do arqueólogo e da outra Senhora que o acompanhava. Fizeram um excelente trabalho. Gostava da continuidade dessas atividades. Voltou a referir quanto à educação, o concurso que fora posto na plataforma, não existindo ninguém interessado, estiveram sem docente de inglês desde o dia quatro de abril, alerta para que no próximo ano haja alguma urgência em tratar desses assuntos. Deixou uma palavra de congratulação sobre as atividades do dia um de junho, deste ano, com a inovação do comboio. Agradeceu à Câmara Municipal e à União de Freguesias a colaboração que tiveram, juntamente com o Centro Escolar, na festa de encerramento do ano Escolar, e uma palavra muito amiga ao Senhor Teófilo Anjos valendo-lhe na hora de aflição.

O Senhor Fernando Pereira começou por referir dois pontos, o primeiro, tinha a ver com desporto recreio e lazer, não estando na Atividade Municipal, mas faria todo o sentido que estivesse. A recuperação do parque infantil, junto a uma escola, tornava-se perigoso que continuasse naquelas condições. O parque foi recuperado, ainda bem, já tinha sido lembrado em várias reuniões de Assembleia por vários Membros.

O outro assunto tem a ver com o empreendedorismo e fundos comunitários. Os agricultores têm a obrigatoriedade de se inscreverem em duas vertentes para contabilizar os rendimentos, através de venda de produtos, ou recibos verdes. Em termos de taxação de impostos, os recibos verdes são mais elevados, cerca de 60% do valor que é considerado como rendimento. Em venda de produtos o que é considerado é apenas 20%. Os nossos agricultores estavam a pagar mais do que deviam. As entidades vieram dizer o que tem de ser considerado na parte do subsídio ao investimento. O que os agricultores recebem está a ser considerado como prestação de serviços, o imposto a ser pago é muito elevado. Conclui a sua intervenção dizendo ser apenas uma informação para que os que não sabiam, possam tomar precauções e não serem prejudicados.

O Senhor Vítor Monteiro pediu esclarecimento sobre a estrutura residencial para idosos. Foram feitos contactos com o Alto-Comissário das Nações no âmbito dos refugiados, questiona se a Autarquia tem alguma coisa em vista. Relativamente à rede *wifi*, na sua opinião, a cobertura é fraca, e interroga se tem havido muitas queixas. Pede para ser alargada e tornar-se mais eficiente essa rede.



A Senhora Anabela Lopes cumprimentou os presentes. Deu os parabéns ao Executivo em três pontos da Atividade Municipal. O primeiro foi a abertura do Museu Eduardo Tavares, onde funciona, uma oficina de arqueologia, louvando a atitude. Deu os parabéns ao Grupo Desportivo de São João da Pesqueira que fizeram um intercâmbio com Bessancourt, jogaram futebol e portaram-se muito bem. Por último louvou a iniciativa de oferecerem férias desportivas na Universidade do Porto aos alunos com melhores classificações.

O Senhor Silva Fernandes disse não costumar pronunciar-se, mas terem em atenção as datas. A informação é de dia dezasseis de abril e na ação social aparece sete e catorze de abril. Quanto à educação felicitou o Executivo pelo protocolo assinado com a Universidade Júnior.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu relativamente à ação social, que na rede social, são pareceres, fazendo-se por entidades, normalmente por IPSS's, para requalificar e ampliar estruturas, neste caso Riodades, estando também a tentar com Ervedosa.

À Senhora Maria Helena disse que quanto à plataforma e aos concursos que por vezes também o ultrapassa.

Ao Senhor Fernando Pereira respondeu que as obras nem sempre se fazem quando se quer e isso aconteceu com as obras Devesa, foram feitas quando se puderam fazer. Agradeceu a informação que deu relativamente aos viticultores. Respondendo ao Senhor Vítor Monteiro disse ter sido contactado para recolher refugiados, mas não sabia quem iam receber. Queriam que fosse a Lisboa buscar homens com idades entre os trinta, trinta e dois anos e, podendo trazer problemas por não terem identificação não foi. Relativamente à rede, andam a fazer remendos.

Disse à Senhora Anabela Lopes que foi o PI+PA, juntamente com a Câmara, que organizaram a ida a Bessancourt.

Agradece ao Senhor Silva Fernandes o alerta das datas, mas que muitas vezes passam.

O Senhor Sebastião Mesquita disse que o Senhor Presidente da Câmara, quanto ao caminho Valedormir, não respondera à sua pergunta.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que na Atividade Municipal só puseram as atividades mais relevantes.

PONTO 2 - Análise, discussão e votação da Proposta de Delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana de S. João da Pesqueira e da Ferradosa;

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, o qual disse que houve necessidade de delimitar as duas ARUS para posteriormente poderem ser objeto de candidaturas.

A Senhora Lourdes Marinho referiu que no capítulo "Contexto de delimitação da ARU – há logo uma verdade no 4.º parágrafo "combater a descaracterização da sua imagem...". Este é um dos objetivos importantes e terão de ser respeitados, deu o exemplo da rua Direita que já beneficiou de uma reabilitação há pouco tempo. Pediu para repararem como foi descaracterizada ao colocarem uma valeta no meio da rua, que nunca existira, e logo para completar, feita em mármore, não sendo material da região. Para finalizar fez referência à fonte, sendo pertença do largo, enquadrada na arquitetura do conjunto, arredaram-na, transformando-a.

No capítulo "Enquadramento", mais concretamente no segundo parágrafo do subtítulo "Paisagem e Património", só pelo que refere, entende que a ARU devia centrar-se nas áreas limítrofes do concelho, nas fronteiras. Beneficiar as estradas, entradas do concelho, embelezando-as, apoiando os proprietários que com elas confrontam para a conservação da limpeza nas propriedades contíguas à

estrada, para que um turista quando chegar, não veja um património paisagístico e cultural, de importância mundial, cheio de erva seca e muros dentados que faz parecer um Património esquecido e abandonado. A atividade económica para justificar a existência desta candidatura, tem de haver justificações, como é habitual nestes documentos. O penúltimo parágrafo desta proposta, no que toca a Ervedosa, soa a falso. A área apresentada para reabilitação urbana do centro histórico da Pesqueira é a vila quase toda. Ora, a vila não tem 2/3 da sua área com valor histórico, e já beneficiou há bem pouco tempo de uma requalificação. Trevões também beneficiou de candidatura para recuperação do centro histórico, Pereiros também, através da Associação Amigos dos Pereiros e da Câmara, e Ervedosa de nada beneficiou. É pena que Ervedosa nunca beneficie de uma candidatura ARU, pois também temos zonas para reabilitar, e merece tanto como a vila do meio. Casas de particulares que também são contemporizadas neste documento e a quem podiam dar incentivos – Casa do Cão, o Casal e casa D. Maria do Carmo, a zona da Fonte Nova e a Fonte do Ribeiro, não deixando de lembrar o Lugar das Bateiras. A Ferradosa teve obras de beneficiação no cais, na estação e no armazém de recolha da C.P. transformando-se em restaurante, o qual está quase sempre fechado ou abre esporadicamente e vai beneficiar de obras, ao elaborar-se a candidatura Interreg, com a ecopista a ligar ao longo do rio Douro as zonas ribeirinhas Bateiras - Ferradosa. Estão sinalizados 600 mil euros para a Ferradosa.

"Pontos fracos apresentados na análise SWOT:

- Reduzido efetivo populacional
- Acessibilidade rodoviária
- Acrescento eu: falta de dinamização turística."

O Senhor Fernando Pereira disse que a sua intervenção ia no sentido de ser um pouco mais aprofundada, e chamou a atenção para o verdadeiro impacto das ARUS. O que verificou foi um alargamento da área de intervenção do Centro Histórico de São João da Pesqueira. O despovoamento dos edifícios acontece, e grande parte das vezes, pelo excesso de carga burocrática, excesso de condições, que encarecem a recuperação dos imóveis, estando a alargar-se estas dificuldades. Na sua opinião é preocupante. Reforça aquilo que o Senhor Silva Fernandes dissera, este tipo de documento de prevenção, devia ser previamente disponibilizado, afim de poderem fazer um estudo exaustivo. Estão a colocar em causa algumas das intenções de intervenção que possam existir. Esquecem-se de uma pequena característica, os edifícios ficarão a fazer parte desta área de intervenção. Qualquer relação, qualquer coisa que aconteça, tem uma série de situações, ficando sujeitos a pareceres, opiniões e posições de bem ou mal estar. Das pessoas daqui, talvez não, mas pessoas de fora. Este assunto faria sentido, se eventualmente já existisse Plano de Pormenor. Porque somos Património Mundial, é importante reabilitar e dar uma imagem de atividade aos nossos imóveis. Deixa a pergunta, se fará sentido estar a aprovar uma situação destas sem ter um Plano de Pormenor prévio. Disse ter conhecimento que em Espinho, numa urbanização relativamente nova, que em termos de obrigação, em termos de arquitetura, não há grandes diferenciações, caleiras, portões seccionados, curiosamente, alguém está a construir lá, e a CCDR-N diz não serem permitidas as persianas, toda a envolvente tem persianas, não são permitidos portões seccionados, e toda a envolvente tem, ou seja, ao aprovarmos, damos azos a que as pessoas opinem sem conhecerem o terreno. "É tempo de pensarmos, é preciso evoluir, é preciso crescer, sim nós vamos crescer e evoluir sustentados e não vamos afugentar os nossos investidores, porque o que nós temos agora? e vocês olham para a arte velha das nossas freguesias, quem investe lá? E porque não investem?"

Porque a burocracia é tanta e as limitações são tantas. Vamos evoluir como? Fora? Alguém vai construir um hotel? Então isto está em reabilitação urbana? Dar cariz a praça histórica? Este documento é extremamente importante para ser tratado de uma forma tão leve e tão superficial".

O Senhor Joaquim Monteiro disse estar de acordo com a Senhora Lourdes Marinho. Dissera verdades, não só em relação a Ervedosa, mas em relação à sede do concelho. Há uma proposta para reabilitar a Ferradosa, onde já fora gasto lá muito dinheiro, não entende o porquê de não haver uma reabilitação para as Bateiras, já que toda a gente diz que é a porta de entrada do concelho. Disse serem documentos demasiado importantes para se pronunciarem em meia dúzia de dias.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que é óbvio que a Senhora Lourdes Marinho puxe "a brasa à sua sardinha". Disse ser um documento que delimita as áreas de reabilitação urbana com zonas de proteção na zona antiga da Pesqueira. Este documento tinha de ser apresentado o mais rápido possível, sob pena de não se poder fazer uma candidatura. Gostava de alargar ao concelho todo, mas é impossível de fazer. Optou-se por uma área que já estava mais avançada em termos de documentos, o caso da Ferradosa e a parte antiga da Pesqueira. Referiu não ser a Câmara a candidata-se, mas sim particulares. Os particulares de Ervedosa também se podiam candidatar. Quanto à estrada 222, não é municipal, não pode fazer-se nada.

A Senhora Lourdes Marinho ficou surpreendida quando vem algum assunto à Assembleia importante para o concelho, todos votam a favor, porque é para bem do concelho. Não quer isso dizer que concorde com a candidatura. Devia ser uma candidatura de outro género.

O Senhor Joaquim Monteiro referiu ser uma boa candidatura, não se podendo perder, mas Vale de Vila, Riudades, Paredes e as outras freguesias também são território de São João da Pesqueira. Questiona se já se preocuparam em arranjar uma candidatura para as Bateiras, já que o projeto existe. Custa-lhe estas situações, pensa haver dois pesos e duas medidas, estão a cometer um erro, as aldeias estão a ficar sem gente, os Senhores não investem nas freguesias, começam a ficar sozinhos na vila porque as pessoas não apostam. Quando há um caminho para ser reabilitado que custa sessenta ou setenta mil euros é uma confusão, e depois aparecem estes assuntos porque vão abrir candidaturas. Andamos todos iludidos como com a eletrificação rural. "Os Senhores foram eleitos, tiveram o voto em São João da Pesqueira, mas também foram eleitos com os votos das freguesias, as freguesias estão a ser prejudicadas pela vossa teimosia e pela falta de estratégia."

O Senhor Presidente da Câmara disse que o mais preocupante era o da Pesqueira, por poder envolver espaços que possam limitar o futuro da construção na zona histórica, uma vez a delimitação abranger a vila quase toda.

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra à Senhora Arquiteta Sandra Rego que disse "as delimitações das áreas de regeneração urbana têm um objetivo muito específico, promover a reabilitação em espaços públicos, quer das infraestruturas, quer do edificado público e privado. Esta delimitação não tem qualquer regra urbanística. Tem um conjunto de benefícios associados, uma vez aprovada, permite no caso de obras de reabilitação, os privados ficarem isentos durante cinco anos no IMI. A reabilitação dos territórios, quer da parte pública, quer da parte privada, se não houver uma limitação e um plano de regeneração urbana, por si, tem que ter uma ou várias áreas. Neste caso temos duas ARU's, e não tendo este instrumento, e ao não ser aprovado, o que acontece é não podermos concorrer a obras de regeneração urbana, por exemplo. O Município

fica completamente impedido ao abrigo do 2020, ou de outro programa de incentivos, de concorrer para a reabilitação urbana. Não existe qualquer regra de planeamento em relação à área de proteção, à área de implicação. O documento quando está claro, o conjunto de benefícios fiscais, e não só, que os privados têm público, também tem e qualquer Município que decida não ter ARU, não vai ter no futuro obras de regeneração, sejam públicas ou privados"

O Senhor Fernando Pereira questionou a Senhora Arquiteta se existem constrangimentos me termos de construção.

A Senhora Arquiteta respondeu que não. A ARU não tinha qualquer tipo de obra associada, nem qualquer tipo de condicionante associada.

O Senhor Fernando Pereira questionou se esta ARU seria para alargar o Centro Histórico de São João da Pesqueira.

A Senhora Arquiteta respondeu ao Senhor Fernando Pereira dizendo que a intenção de um PAM e de uma ARU não é aquilo que o Município quer. No futuro tem que ser reabilitado tendo infraestruturas fora da zona histórica que a curto prazo deverá haver obras de reabilitação, intervenção em espaço público, não tem nada a ver com projetos, se estes são aprovados ou não. Existem outros documentos que não uma ARU é um conjunto de benefícios, se aquelas obras ocorrerem dentro daquela área de regeneração.

O Senhor Fernando Pereira interrogou se perante tudo isto só existem benefícios, o porquê de não ser alargado a todas as freguesias.

A Senhora Arquiteta respondeu que o concelho não tem características para reunir condições para terem uma ARU. Que as ARUS tem a ver com a população existente.

O Senhor Fernando Pereira disse que a ARU da Ferradosa não lhe parecia ter residentes.

A Senhora Arquiteta afirmou que a ARU da Ferradosa é uma ARU ribeirinha.

O Senhor Fernando Pereira interveio, dizendo perceber pouco desta matéria, mas, alguém o alertara em relação a isto. A estratégia para a Ferradosa podia ter sido para as Bateiras, porque os barcos e os comboios passam lá e veem-nos, já fizeram um investimento na zona histórica de Trevões havendo outras freguesias que têm a mesma capacidade e a precisar de uma requalificação.

A Senhora Arquiteta esclareceu que as duas áreas de regeneração urbana são completamente distintas, a área de regeneração do centro histórico é do centro histórico, e a da Ferradosa é na zona ribeirinha.

Ao Senhor Fernando Pereira preocupa-o a parte do centro histórico porque viveu uma situação por causa deste.

O Senhor Sebastião Mesquita questionou o porquê da Mata do Cabo estar fora da área delimitada, já que isto é uma ferramenta para impulsionar o investimento. Ao haver dinamismo, outras freguesias precisam desse dinamismo e reabilitação, não concordando que seja só restringido à vila. São João da Pesqueira já teve, Trevões já teve, agora deviam ser as outras freguesias a ter.

O Senhor Joaquim Monteiro disse ao Senhor Presidente da Câmara que ia votar contra porque a sua freguesia também é território de São João da Pesqueira. Pediu para colocar técnicos a trabalhar, pois quer benefícios para a sua freguesia, para as Bateiras, quer o Largo do Ribeiro quer os Casais, precisam de ser reabilitados. Foram buscar Trevões, não sabe porquê, por causa das influências. Se quiserem, mostra a documentação do Bianchi de Aguiar, para o então "dono disto tudo", e mais uma vez vamos ser enganados porque tem de ser aqui no centro histórico, na Ferradosa, onde se gasta tanto dinheiro e não vai lá ninguém. Concluiu, dizendo querer ter os benefícios que tem a vila de São João da Pesqueira.

O Senhor Presidente da Câmara compreende que Ervedosa seja importante, e diz que Bateiras está no seu horizonte, estão a tentar introduzir candidaturas conforme as pretensões. Já várias vezes falaram na estrada 222, e falaram também na estrada quando alguém vai ao Ermo e à Ferradosa, mas a culpa não é sua. Quando se faz algo têm de ser tomadas opções, e claro que as opções não agradam a toda a gente. Relembrou que o assunto lhes apareceu há muito pouco tempo, não sendo a culpa dos técnicos ao ser reprovado, não podendo apresentar São João da Pesqueira e Ervedosa em lado nenhum.

A Senhora Arquiteta Sandra Rego refere que as candidaturas têm que ser entregues a trinta de junho, estando a trabalhar nelas desde dezembro.

O Senhor Joaquim Monteiro interrompeu, questionando o porquê de estarem a trabalhar desde dezembro, e apresentam o assunto a oito dias de ser entregue. Quando diz que foi à pressa, é porque foi mesmo, não acredita que traga benefícios. Andaram a trabalhar arduamente desde dezembro para duas ARUS, não houve tempo para trabalhar em mais ARUS. Se estivessemos noutros lados teríamos que ter uns cinquenta técnicos a trabalhar.

A Senhora Arquiteta respondeu dizendo que as candidaturas só abriram há um mês.

A Senhora Marcolina Sequeira, no uso da palavra, gostava de saber o valor envolvido nestas candidaturas, porque para além da parte participada, há uma parte não participada. Ficou preocupada com a falta de investimento na sua freguesia. Qualquer dia morrem afogados, porque quando chove, a água vai toda serra abaixo.

O Senhor Presidente da Assembleia depois de ouvidas as intervenções colocou o ponto a votação, tendo sido aprovado por maioria, com as abstenções dos Senhores Silva Fernandes, Eduardo Coelho, António Froufe e os votos contra dos Senhores Sebastião Mesquita, Jorge Andrade, Joaquim Monteiro, Fernando Pereira e das Senhoras Maria Helena, Marcolina Sequeira e Lourdes Marinho.

A Senhora Maria Helena na sua declaração de voto referiu ter votado contra porque já há anos que anda a sonhar com uma porta de entrada no concelho. Não esquece quando lhe fora dito por alguém com responsabilidades políticas que a porta de entrada do concelho não tinha prioridade. Pede para darem prioridade às coisas. Na Ferradosa já lá fora gasto muito dinheiro.

A Senhora Marcolina Sequeira diz ter votado contra por não ter sido elucidada do valor da candidatura e porque há outras freguesias a precisar de reabilitação.

O Senhor Silva Fernandes referiu abster-se por duas razões, a primeira porque considera que o documento devia ser pensado e a segunda razão é por entender que a estrada 222 devia ter prioridade em relação à Ferradosa e o problema das Bateiras já tantas vezes referido, contínua igual.

O Senhor Sebastião Mesquita na sua declaração de voto disse ter votado contra pelas palavras do Senhor Presidente da Câmara, e por não prever obras nas outras freguesias. Prevê duplicação de obras na Pesqueira e Ferradosa.

O Senhor Joaquim Monteiro disse ter votado contra porque o documento devia ser repensado, não discutido em cima da hora, não acredita nos benefícios das ARUS. Foi eleito para defender os interesses da sua freguesia e, cada vez mais nota um retrocesso em relação à sua freguesia, estando a ficar despovoados. Se é para trazer benefícios que tragam para todas as freguesias.

O Senhor Jorge Andrade na justificação do seu voto contra disse que entendeu que a candidatura era a 70%, que lhe dessem os 30% que restavam, pois tinha muito onde gastar na sua freguesia.

A Senhora Lourdes Marinho para declaração de voto referiu que votou contra por reconhecer que Ervedosa nunca beneficiou destes mecanismos, mas pensam que

não, mas tem zonas para reabilitar e merece tanto como a vila do meio. A Casa do Cão, o Casal do Largo da Fonte da Ribeira, da Fonte Nova e a tão falada promessa do arranjo do cais e Lugar das Bateiras. Ai sim, merecia, é a entrada, tem bem à vista um entro de estudos vitivinícola, que sendo pertença do Ministério da Agricultura, é o postal de visita degradante, do cuidado que o duriense deve ter com a preservação do seu Património natural. Concluiu ter votado contra as 2 ARU's por não ver beneficiada Ervedosa.

PONTO 3 - Análise, discussão e votação da Proposta de Desafetação de Área do Domínio Público Municipal, referente à Operação de Loteamento Industrial com Obras de Urbanização no local do Lameirão – Espinho – S. João da Pesqueira.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu o ponto passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara disse que o ponto tinha a ver com a zona industrial, não sabe o porquê de em 2009, quando houve as construções, se sobreporem em área de domínio público, onde iam ser passeios. Não vai penalizar os investidores, ao obrigar a deitar os armazéns abaixo, mas eles prontificaram-se a pagar as áreas onde implantaram os lotes. A procura dos lotes tem sido muita, tendo dificuldade em disponibilizar espaços. Aproveitaram um espaço na zona industrial, de um loteamento que inicialmente seria um parque para camiões, daí ter trazido este pedido de alteração, tirar do domínio público, para integrar na zona privada do Município, dando início à delimitação do lote e regularizar a situação, para que os empresários possam fazer a inscrição nas finanças.

A Senhora Anabela Lopes pediu a palavra para a esclarecerem em quanto foram aumentadas as áreas dos lotes 1, 2 e C, se teriam sido aumentadas agora, ou se foi na altura, e o porquê de não terem aumentado o lote 3, estando este no seguimento do lote 1 e 2.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que o aumento fora feito na altura da construção dos armazéns. Os empresários utilizaram um espaço na zona pública. O lote 3 não foi aumentado porque a parte da frente é mais larga do que em profundidade, os metros que tinha não os utilizou, daí o lote 3 se manter.

A Senhora Anabela Lopes questionou se os lotes estão alinhados uns com os outros. O Senhor Presidente da Câmara respondeu que o lote 3 é mais largo.

A Senhora Anabela Lopes referiu as alterações estando feitas, o porquê de ninguém ter fiscalizado na altura da construção.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que os empresários ao aumentarem aos lotes pagarão os metros que têm que registar. O pedido feito à Assembleia é para que o terreno passe do domínio público para o privado, procedendo à regularização das contas.

A Senhora Anabela Lopes disse que os empresários teriam abusado na altura.

O Senhor Presidente respondeu dizendo não saber se abusaram de boa ou má-fé.

A Senhora Anabela Lopes disse votar contra com boa-fé.

A Senhora Lourdes Marinho disse não saber se os lotes já estavam todos vendidos. As pessoas abusaram e agora tem a Câmara de ceder, ficando sem espaço verdes. Refere se os lotes 4, 5, C e D serão vendidos. Para que destino, habitação ou empresas? Foram aumentados para 2390 m². Os lotes 1 e 2 são propriedade de particulares, também beneficiaram de área verde de utilização coletiva. O lote D foi constituído de novo com bastante área 1050m², a que se destina?

O Senhor Presidente da Câmara respondeu à Senhora Lourdes Marinho que os lotes 4 e 5 não têm nada a ver, e o lote D era um estacionamento de camiões não era para espaços verdes, na altura quando se deu conta os proprietários assumiram, até porque alguns não são os mesmos, foram revendidos. O que está para aprovação é o lote B e C que é da Câmara e construíram lá um armazém,

todos os outros lotes já estão construídos. Há duas opções, ou se alteram os lotes e os proprietários pagam a diferença do terreno, ou então deitar a parte onde estão construídos os armazéns abaixo. Uma vez terem tido muita procura, e para aproveitar a situação, vão buscar ao parque de estacionamento, sendo um espaço morto, para que saísse do espaço público para o espaço privado e fizesse um lote podendo colocar-se a concurso.

O Senhor Joaquim Monteiro referiu toda a gente saber como isto aconteceu. A certa altura dos mandatos há necessidade de satisfazer certas pessoas. Disse que o Engenheiro, que deu esta informação, fora o Engenheiro da altura. "Compram um determinado lote, alargam a construção, depois a Câmara resolve, e como? Com certidões que passa." Concluiu dizendo a Câmara não tem fiscal municipal. O Senhor Sebastião Mesquita referiu concordar com o Senhor Joaquim Monteiro, normalmente o processo é assim, as pessoas compram, constroem, delimitam e depois de estar construído, aparecem os problemas.

O Senhor Vítor Tomé começou por dizer que o Senhor Presidente da Câmara o surpreendeu com as suas palavras, ao dizer, em relação à alteração no ponto anterior, que seria para o caso de Riodades. Agora na sua opinião parece-lhe que o lote é preciso para alguém, está prometido. Os outros deixaram alargar por conveniência, agora precisam de resolver a situação. Concluiu que deve ser sempre transparente.

O Senhor Presidente da Câmara disse estar mais uma vez com deduções, se fora para ajudar alguém, ele não estava cá na altura em que foram construídos. Está a tentar resolver uma situação, e incluir mais um lote.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo sido aprovado por maioria, com as abstenções dos Senhores Sebastião Mesquita, Vítor Tomé, Eduardo Coelho, Jorge Andrade, José Vilas Boas, e das Senhoras Marcolina Sequeira, Maria Helena, e com os votos contra do Senhor Vítor Monteiro e da Senhora Anabela Lopes.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu inscrições para declaração de voto.

O Senhor Vítor Monteiro disse que o seu voto contra, fora no sentido de não poder aceitar que um loteamento, feito pela Autarquia, tendo ela fiscais e engenheiros, não tenham dado conta que as áreas não estavam corretas, e só passado muitos anos, é que se aperceberam. Frisou não votar contra à criação do lote D, é a favor, estando ele vago.

O Senhor Vítor Tomé em declaração de voto disse não ter votado contra porque ia contra aquilo que defende, mas que não votou a favor de uma coisa que não lhe parecer ser suficientemente clara.

PONTO 4 – Análise, discussão e votação da Proposta de Alteração ao Regulamento do Plano Diretor Municipal de S. João da Pesqueira – 2.ª Alteração.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu inscrições para discussão do ponto quatro. Não havendo inscrições colocou o ponto a votação tendo sido aprovado, por maioria, com as abstenções dos Senhores Sebastião Mesquita, Silva Fernandes, António Froufe, Vítor Monteiro e das Senhoras Anabela Lopes, Lourdes Marinho e Maria Helena e o voto contra da Senhora Marcolina Sequeira.

Passou, de seguida, a inscrições para declaração de voto.

O Senhor Silva Fernandes disse abster-se por coerência, de quando foi o início da discussão do ponto, não ter sido apresentado.

A Senhora Marcolina Sequeira disse ter votado contra por não dispor do documento, deveria ter sido cumprido o que se estipulou em reunião de Assembleia Municipal.

A Senhora Lourdes Marinho absteve-se porque para além das obras das candidaturas à ARU, não se conhecem obras nem perspectivas para que o PDM tenha de sofrer alteração.

Ponto 5 - Eleição de Representante da Assembleia Municipal na CPCJ de acordo com a alínea I, do art.º 17º da Lei n.º 147/99 de 1 de setembro, alterada pela Lei n.º 142/2015 de 8 de setembro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal explicou que este ponto se referia à saída da Dr.ª Eunice Costa por ter pedido demissão. A sua proposta vai no sentido de ser o Dr. Filipe Donas Botto a substituir a Dr.ª Eunice Costa e, se assim o entendessem, podiam chegar a um consenso, senão iam a votação.

Abriu inscrições para discutirem este ponto, inscreveram-se o Senhor Joaquim Monteiro e a Senhora Lourdes Marinho.

O Senhor Joaquim Monteiro começou por dizer que gostaria de apresentar uma proposta, mas não poder ser em cima da hora, porque não falou com ninguém. Conhece técnicas que desempenhariam muito bem esse papel, mas à última da hora não pode ser.

O Senhor Presidente da Assembleia explicou que o documento só fora rececionado dia quinze de junho.

O Senhor Joaquim Monteiro continuou a sua intervenção dizendo ser perigoso para todos, está-se a criar um círculo, porque são sempre os mesmos, e os jovens lá de fora, apercebem-se que também querem oportunidades.

O Senhor Presidente da Assembleia interrogou se este não seria jovem.

O Senhor Joaquim Monteiro disse que para ele é preocupante, gosta do Dr. Filipe Donas Botto, mas exerce atividades a mais. Têm de dar oportunidade a outros, até porque o cargo nem é remunerado. Os empregos já foram dados a todos.

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara começou por dizer que estão no lugar certo para a pessoa ser escolhida, gostava que aceitassem a sua sugestão mas ao não aceitar apresentassem outras propostas.

Apesar da Senhora Lourdes Marinho estar inscrita para intervir fez um intervalo de cinco minutos não tendo esta explicado o motivo da sua inscrição, tendo encerrado o ponto em debate por não ter condições de continuar a mesma.

Retomados os trabalhos o Senhor Presidente da Assembleia deu a sugestão do ponto ser trabalhado por cada um, fez a proposta do ponto passar para a próxima reunião de Assembleia, colocando a proposta a votação, a qual foi aceite por unanimidade.

Retomados os trabalhos o Senhor Presidente da Assembleia deu a sugestão do ponto ser trabalhado por cada um, fez a proposta do ponto passar para a próxima reunião de Assembleia, colocando a proposta a votação, a qual foi aceite por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia, terminadas as intervenções, colocou a aprovação, em minuta os pontos 2, 3 e 4, que foram aprovados por unanimidade.

ENCERRAMENTO:

O Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião às vinte horas e quinze minutos agradecendo a presença de todos e desejando um bom resto de dia. Dos trabalhos em agenda foi lavrada a ata, que depois de lida, posta a votação e aprovada por unanimidade irá ser assinada pelos Membros que compuseram a Mesa e a redigiram.